



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO BACHARELADO EM SECRETARIADO EXECUTIVO

A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO NO MERCADO DE TRABALHO
DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ:
Profissão em ascensão ou extinção?

MACAPÁ
2011

**DARLIANE SILVA PANTOJA
FRANCIDALVA MENDES DOS SANTOS
JAMILE CANTUÁRIA DE SOUZA**

**A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO NO MERCADO DE TRABALHO
DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ:
Profissão em ascensão ou extinção?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá, sob a Orientação do Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.

**MACAPÁ
2011**

**DARLIANE SILVA PANTOJA
FRANCIDALVA MENDES DOS SANTOS
JAMILE CANTUÁRIA DE SOUZA**

**A PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO NO MERCADO DE TRABALHO
DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ:
Profissão em ascensão ou extinção?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá, submetido à Banca Examinadora do Colegiado de Secretariado Executivo composta pelos professores:

**Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão
(Orientador)**

Prof. (Examinador 1)

Prof. (Examinador 2)

Julgado em: 18/ 03/ 2011

Conceito: 9,6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pantoja, Darliane Silva; Santos, Francidalva Mendes dos; Souza, Jamile Cantuária.

A profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho do município de Macapá: Profissão em ascensão ou extinção? / Darliane Silva Pantoja; Francidalva Mendes dos Santos; Jamile Cantuária de Souza. – Macapá: [s.n.], 2011.

73 f.; il. color. enc.

Inclui apêndices e anexo.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Curso de Secretariado Executivo/UNIFAP, 2011.

Orientador: Prof^º. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.

1. Secretário Executivo. 2. Mercado de trabalho. 3. Município de Macapá. I. Leão, Richard Douglas Coelho. II Universidade Federal do Amapá. Curso de Secretariado Executivo. III. Título

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei n.º. 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Para minha mãe, Benedita Moraes, pela compreensão nos momentos de ausência. Ao meu companheiro, Marcio Avello, pela ajuda intelectual, emotiva e principalmente, afetiva. E ao meu querido filho, Vitor Mateus, que virá ao mundo para compartilhar mais uma vitória.

DARLIANE PANTOJA

Ao meu querido pai, Manoel Vilhena -
In Memoriam - pela força que sempre me
deu para não desistir das minhas metas.
À minha mãe Terezinha Mendes, pela
compreensão dos dias ausentes e à
minha irmã Francinete Mendes, pelo
auxílio.

FRANCIDALVA MENDES

À quem esteve ao meu lado, não só durante esta caminhada, mas ao longo de minha vida, principalmente nos momentos mais difíceis. À minha “bebê linda”, Brenda Raiane, por todo o amor e carinho que sempre me dedicou. À minha mãe, Darialva Cantuária - *In Memoriam* - Este trabalho foi por você e para você.

JAMILE CANTUÁRIA

AGRADECIMENTOS

Em nossos caminhos, são muitas as pessoas que passam despercebidas. Existem, contudo, aquelas que, em razão das circunstâncias ou dos “acazos”, chamam a nossa atenção. Queremos, nesse momento, lembrar daquelas que, no decorrer de nossa trajetória, demonstraram possuir um algo a mais: carisma, profissionalismo, entusiasmo, simplicidade. Mas, acima de tudo, queremos referenciar as que, com sabedoria, despenderam do seu tempo para compartilhar conosco parte de seu conhecimento e experiências – pessoais e profissionais- no desejo de contribuir para o alcance de mais uma vitória em nossas vidas.

Agradecemos, sinceramente, a todos os que nos auxiliaram ao longo deste estudo: instituições, acadêmicos, amigos, familiares, professores, coordenadores, diretores, empresários, enfim, aos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho. Diversas foram as formas de ajuda: intelectual, emocional, espiritual, afetiva, material, financeira, enfim, não importa a forma.

Ao Desafio Pré-Vestibular, que nos projetou e nos direcionou à concretização de um sonho, não somente através dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, mas, sobretudo pelos incentivos transmitidos e exemplos de vida encontrados nesse Projeto.

Ao nosso orientador Prof. Msc. Richard Leão, que esteve conosco durante esta empreitada, o nosso reconhecimento pelos ensinamentos repassados e os mais sinceros sentimentos de admiração e apreço.

Queremos agradecer agora e sempre, ao nosso DEUS, que nos deu saúde, força, garra, coragem e, principalmente, determinação para não desistirmos no meio do caminho, mesmo nos momentos mais difíceis. Ao SENHOR nosso DEUS e nosso PAI, o nosso MUITO OBRIGADA!

E a cada BOA SORTE que recebemos, retribuimos com o presente trabalho, no ensejo que ele facilite a vida acadêmica e profissional de cada ser humano.

“É essencial compreender o trabalho como forma de garantir o bem viver de todos. No dizer, de Eduardo Galeano, precisamos sonhar com outro mundo possível onde a gente trabalhará para viver em lugar de viver para trabalhar; onde não se chamará nível de vida ao nível de consumo, onde ninguém morrerá de fome, porque ninguém morrerá de indigestão, onde cada noite será vivida como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro. Nesse novo mundo, o trabalho não será um pesadelo, mas um ato criativo, de prazer e realização humana!”

ALMEIDA & BENINCÁ

RESUMO

Este trabalho faz uma análise sobre a exigência da graduação de Secretariado Executivo nas organizações públicas e privadas do município de Macapá. Considerando as peculiaridades histórico-sociais do Estado, o município, após a implantação da ALCMS, vivenciou momentos de constantes mudanças no mercado de trabalho, traduzindo-se em possibilidades e incertezas quanto ao futuro de cada profissão. O profissional de Secretariado Executivo insere-se nesse contexto, principalmente pelo não reconhecimento de sua especificidade enquanto área. Dessa forma, pretende-se investigar a real situação do Secretário Executivo em Macapá, pressupondo a possibilidade de a profissão estar em ascensão ou extinção no mercado de trabalho delimitado. Apesar da significativa presença de Secretários Executivos no serviço público, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho são insuficientes para o elevado número de profissionais disponíveis, sobretudo, no setor privado. É necessário, acima de tudo, o estímulo ao desenvolvimento do Estado, especialmente, através da iniciativa empresarial e/ou industrial, principais fontes empregadoras de Secretários Executivos.

PALAVRAS-CHAVE: Secretariado Executivo. Mercado de trabalho. Município de Macapá.

ABSTRACT

This paper is a analysis about the graduation requirement of the Executive Secretariat in public and private organizations in the city of Macapa. Considering the historical-social state, the municipality, after the implementation of ALCMS, experienced moments of constant changes in the labor market, resulting in possibilities about the future of each profession. Professional Executive Secretariat part of this context, mainly by not recognizing their specific while area. Thus, we intend to investigate the actual situation of the Executive Secretary of Amapa, assumig the possibility of the profession to be rising or extinction in the labor market defined. Despite the significant presence of Executive Secretaries in public service opportunities for integration into the labor market are insufficient for the large number of professionals available especially in the private sector. It is necessary, above all, stimulating the development of the state, especially through initiatives corporate and/or industrial, major employers of Executive Secretaries sources.

KEY WORDS: Executive Secretariat. The Labor market. Macapa of municipality.

LISTA DE SIGLAS

AL – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ALC - ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO

ALCMS – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA

AMPREV – AMAPÁ PREVIDÊNCIA

CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS

CES – CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DRT – DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

FECOMERCIO - FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO AMAPÁ

FENASSEC – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ICOMI – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A

IES - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

IFES – INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

LF – LEI FEDERAL

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PIS – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS

PPC – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

PRODAP – PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAPÁ

SEAMA – SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA

SEICOM – SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

SEPLAN – SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SEST – SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE

SENAT – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE

UNIFAP – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Piso Salarial do Profissional de Secretariado (Brasil).....	29
Tabela 02 – Composição do PIB (%) – Amapá	32
Tabela 03 – Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto do Amapá – 1996/2000	38
Tabela 04 – Denominação do cargo dos entrevistados	44
Tabela 05 – Formação dos entrevistados	45
Tabela 06 – Características essenciais para o profissional de Secretariado Executivo	47
Tabela 07 – Ações para maior valorização dos Secretários Executivos	49
Tabela 08 – Ações para maior valorização dos Secretários Executivos	59
Tabela 09 – Características imprescindíveis para os Secretários Executivos	60
Tabela 10 – Remuneração oferecida ao profissional.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Influência do Estado na economia	33
Gráfico 02 – Proporção percentual de servidores públicos civis e militares sobre a população ocupada no Amapá e no Brasil.....	34
Gráfico 03 – Necessidade do curso para os profissionais sem formação em Secretariado Executivo.....	46
Gráfico 04 – Substituição do Secretário Executivo.....	48
Gráfico 05 – Remuneração dos profissionais de Secretariado	50
Gráfico 06 – Opinião sobre a remuneração.....	51
Gráfico 07 – Extinção do curso na UNIFAP.....	52
Gráfico 08 – Situação da profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho de Macapá	54
Gráfico 09 – Essencialidade do Secretário Executivo.....	55
Gráfico 10 – Ocupação de cargos sem formação específica	56
Gráfico 11 – A substituição afeta e desvaloriza o Secretário Executivo?	57
Gráfico 12 – O Secretário Executivo possui um diferencial?	58
Gráfico 13 – Opinião dos Executivos sobre a remuneração.....	62
Gráfico 14 – Extinção do curso de Secretariado Executivo	62
Gráfico 15 – Situação da profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho de Macapá	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO	21
1.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO.....	21
1.2 COMPETÊNCIAS DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO	22
1.3 QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO ...	25
1.4 MERCADO DE TRABALHO	26
2 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ	31
2.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO	31
2.2 ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA	35
2.3 O MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ.....	38
3 PANORAMA DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO EM MACAPÁ	43
3.1 OBJETIVO	43
3.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO ..	43
3.2.1 Identificação dos profissionais	43
3.2.2 O profissional de Secretariado nas organizações	46
3.2.3 Remuneração dos profissionais de Secretariado	50
3.2.4 O curso de Secretariado Executivo na UNIFAP	52
3.2.5 A profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho de Macapá 53	
3.3 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EXECUTIVOS	55
3.3.1 O profissional de Secretariado nas organizações	55
3.3.2 Remuneração dos profissionais de Secretariado	61
3.3.3 Extinção do curso de Secretariado Executivo	62
3.3.4 A profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho de Macapá 63	
3.4 O FUTURO DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO NO MERCADO DE TRABALHO DE MACAPÁ.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	
ANEXO	

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, as relações de trabalho vêm passando por intensas mudanças que culminam diretamente em muitas tensões na qual o modo de produção capitalista perpassa. Entretanto, há uma particularidade comum, que vem atravessando todas as formas de sociedades: a submissão do trabalhador a outrem. Efetivamente, foi através da Revolução Industrial que a idéia de subordinação de quem vive do trabalho se acentuou, elevando ainda mais a dependência daqueles que têm como único meio de subsistência os rendimentos de sua mão-de-obra. Nesse contexto de crise, e tendo por base um forte incremento da exigência da qualificação dos profissionais, as empresas passaram a usar e adaptar as aquisições individuais da formação, em função das suas necessidades e, principalmente, lucratividade.

As precariedades das relações de trabalho evidenciadas mundialmente, não são muito diferentes das encontradas no país, nem tampouco com as reveladas na realidade local. As transformações no mundo do trabalho caracterizam o cenário global atual como sendo de constantes mudanças. As organizações adotaram estruturas mais “enxutas”. A informática tornou as atividades muito mais automatizadas, mais ágeis, dispensando aquelas tarefas básicas e tradicionais. Considerando que tal tendência independe da profissão exercida, é necessário que haja uma readaptação do perfil de cada profissional que corresponda a esta nova realidade.

Neste sentido, o cenário apresentado nos direciona a um profissional cuja ocupação vem se redefinindo no decorrer dos tempos: O Secretário Executivo. Historicamente, a função de Secretário foi exercida por indivíduos nos quais os líderes políticos e religiosos depositavam inteira confiança. A relação secretário-líder, mantida até início do século XX, sofreu intensas mudanças a partir da Primeira Guerra Mundial. Nessa época, as primeiras teorias administrativas desenvolveram as bases da estrutura empresarial moderna, considerando a produção dos trabalhadores, a direção da empresa e as relações interpessoais nas organizações, conforme corroboram Sabino e Marchelli (2008):

Os que defendem ser a prática secretarial não mais do que a aplicação de regras que visam zelar pelo funcionamento das rotinas burocráticas nas organizações, afirmam que para isto não há necessidade de nenhuma ciência:

basta ao secretário observar as rotinas, se os membros da organização estão cumprindo os estamentos, assessorá-los, registrar suas decisões e encaminhá-las para às instâncias de execução. O secretário assemelha-se mais ao zelador do edifício do que realmente ao síndico que toma as decisões anuídas pelo conselho, submete-se, assim, dentro da estrutura organizacional das empresas à condição de mero assessor burocrático. Ao secretário, caracterizado como dotado de conhecimentos anteriores à práxis científica, pede-se sempre que seja um profissional capaz de redigir, de organizar documentos, de observar os procedimentos da rotina administrativa, mas a ele não é dado o poder de decidir sobre os desígnios da organização com a qual colabora. Seu trabalho em geral é visto como complementar e secundário, pois se entende que ele age segundo as categorias do juízo empírico emprestadas a outros profissionais como os administradores, advogados e contabilistas. O secretário é, quando muito, um consultor dentro das organizações. No caso das empresas, seu trabalho é colocado como apêndice daquele executado pelos profissionais que ocupam posições diretoriais e gerenciais (SABINO; MARCHELLI, 2008, p. 02-03).

O trabalho secretarial passou a caracterizar a extensão da capacidade de ação do líder assessorado. No entanto, as transformações vivenciadas no mercado de trabalho, refletiram em mudanças também impostas aos Executivos, que hoje, em nome da redução de custos, precisam ser multifuncionais para atuar em diversos setores, acumulando cargos e, conseqüentemente, suprimindo determinadas funções.

De certa forma, o mercado de trabalho do município de Macapá, é consideravelmente restrito, pois o setor privado ainda não possui o suporte necessário para absorver o grande contingente de profissionais disponíveis para o trabalho, que em sua maioria, encontram como uma das poucas alternativas o setor estatal, uma vez que o poder público ainda não despertou para a valorização do trabalho como atividade geradora de renda e desenvolvimento.

A intenção, pois, desta pesquisa é coletar e apresentar informações referentes à situação do Secretário Executivo nas organizações públicas e privadas do município de Macapá, bem como pressupor, através disso, a possibilidade de a profissão estar em ascensão ou extinção, haja vista que tais profissionais ingressam em campos diversos atendendo às exigências impostas no mercado de trabalho. De acordo com Sabino e Marchelli (2008):

O Secretário Executivo é essencialmente um assessor pessoal, que tem entre suas atribuições a tarefa de organizar as rotinas de líderes atuantes nas empresas ou em outras formas de organização, valendo-se fundamentalmente da ciência administrativa, que constitui o entorno conceitual básico para o desenvolvimento das tarefas que lhe são pertinentes [...] A complexidade da profissão é esboçada desde sua própria denominação, que é envolta por

dicotomias semânticas, polêmicas sobre a natureza do campo de atuação, divisão de gênero e fundamentação em teorias organizacionais, culturais e sociológicas (SABINO; MARCHELLI, 2008, p. 01).

Apesar do papel relevante exercido pelo Secretário Executivo no contexto organizacional, o que se observa diariamente são profissionais legitimamente da área caminhando para outros ramos. Além de a remuneração ser desestimulante, o cargo muitas vezes é ocupado sem a necessidade da formação. Logo, surge o questionamento: Os Secretários Executivos são realmente essenciais em uma organização? Por que, em outros segmentos, não há pessoas sem formação atuando na profissão?

Como objetivos específicos, destacam-se:

- 1- Investigar se os Secretários Executivos estão realmente exercendo suas funções e/ou existem outros profissionais ocupando o seu cargo.
- 2- Conferir os níveis de satisfação remunerativa dos profissionais de Secretariado Executivo identificando se este fator contribui para a sua permanência ou ausência no mercado de trabalho de Macapá.
- 3- Verificar a real necessidade de inclusão dos Bacharéis em Secretariado nas organizações públicas e privadas do município.
- 4- Analisar a visão que os Executivos possuem dos Bacharéis em Secretariado Executivo.

A hipótese que norteou a construção da pesquisa é a de que o Bacharel em Secretariado Executivo não está sendo essencial no mercado de trabalho de Macapá, face ao não reconhecimento de sua especificidade enquanto área.

Os procedimentos referentes à elaboração deste trabalho foram construídos e analisados utilizando-se os métodos quantitativo e qualitativo, segundo critérios que possibilitassem o estabelecimento de uma dinâmica de investigação e problematização, tanto na produção do conteúdo textual quanto na realização da pesquisa de campo. É quantitativo por realizar inferências a partir de uma amostra populacional, mediante uma análise estatística. É qualitativo, uma vez que se buscou compreender subjetivamente o profissional em questão e analisar os resultados descritiva e indutivamente.

A pesquisa de campo foi realizada através de questionários com perguntas subjetivas, direcionadas tanto aos profissionais de Secretariado quanto aos Executivos, além de entrevistas individuais e/ou grupais. Ao término, foi realizada a análise do conteúdo, considerando os procedimentos de pré-análise, exploração do material, interpretação dos resultados e inferências.

Metodologicamente, as temáticas foram elaboradas de acordo com as suas especificidades e divididas em três capítulos:

O primeiro capítulo teve como tema central o “Contexto Histórico-Social da Profissão de Secretário Executivo”, em que foi feita uma breve abordagem sobre a origem, trajetória e evolução do profissional na sociedade e sua inserção no mercado de trabalho como capital humano.

O segundo capítulo – “Aspectos do mercado de trabalho do município de Macapá” – analisa as características e mudanças no cenário econômico-social da região, o desenvolvimento da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, bem como, a correlação do mercado de trabalho de Macapá e atual conjuntura do Secretário Executivo.

O terceiro capítulo é destinado ao cerne do trabalho, tematizado em “Panorama da profissão de Secretário Executivo em Macapá”, onde são apresentados os dados relacionados à pesquisa de campo. Tendo como base os capítulos anteriores e através da análise dos indicadores obtidos através da amostra populacional entre profissionais de Secretariado e Executivos, foi realizada uma ponderação dos resultados que permitiu inferir, estatisticamente, a real situação do Secretário Executivo no mercado de trabalho do município.

Não obstante, é válido ressaltar as dificuldades encontradas para a realização desta etapa, uma vez que não há órgãos competentes no Estado responsáveis por apresentar dados relativos aos profissionais formados em Secretariado inseridos no setor público.

Nas considerações finais são apresentadas as principais conclusões de cada temática, especialmente no que concerne a análise dos dados, na qual é realizada uma reflexão acerca dos resultados da pesquisa, permitindo uma maior compreensão das

peculiaridades do mercado de trabalho de Macapá para o profissional de Secretariado Executivo e, por conseguinte, propondo alternativas para o melhor exercício da profissão.

Deste modo, compreendemos este trabalho, como um dos muitos que poderão vir a contribuir para estudos relacionados à profissão de Secretário Executivo, visando fornecer aos acadêmicos, docentes, profissionais, gestores e sociedade, de um modo geral, informações atuais e relevantes da categoria no mercado de trabalho de Macapá, uma vez que, ainda há, na realidade acadêmica da Universidade Federal do Amapá, poucos estudos relacionados ao tema.

1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO

O Secretário Executivo participou de mudanças importantes e venceu muitos desafios. Porém, poucos conhecem, de fato, a origem da profissão no contexto social e histórico. A partir de uma detida análise, é possível compreender a trajetória e evolução deste profissional na sociedade. Independentemente de o reconhecimento ser um estímulo, o aperfeiçoamento é contínuo e acompanha os desafios da competitividade e da qualidade.

1.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO

Não há muitos registros sobre o início da atividade secretarial. Várias pesquisas e autores situam sua origem na Antiguidade, quando a profissão era exercida pelo sexo masculino, na figura dos Escribas. Estes, eram homens de confiança dos reis e governantes, dominavam a escrita, classificavam arquivos, redigiam ordens e, por conseguinte, eram encarregados da sua execução, isto é, já necessitavam das habilidades administrativas.

Para Sabino (2004):

A origem do Secretariado remonta à Dinastia Macedônica, na época em que Alexandre Magno (356 a.C – 323 a.C), aluno de Aristóteles e Imperador da Macedônica, passou a reinar [...] Alexandre Magno cercava-se de secretários, que o serviam tanto na composição de seus exércitos [...] quanto nos registros dos grandes feitos [...] (SABINO, 2004 citado por BRUNO, 2006, p. 11).

A origem da profissão surgiu no berço do conhecimento, pois poucos possuíam o privilégio da leitura e da escrita na época, o que possibilitou aos Escribas trilharem os melhores caminhos, atuando lado a lado de governantes. Essa característica permaneceu, ainda por muitos séculos entre os que exerceram a função de secretário, conforme observa Maquiavel (1988), em sua obra “O Príncipe”, no capítulo intitulado “Dos secretários que os príncipes mantêm junto de si”: “A primeira conjectura que se faz da inteligência de um senhor resulta da observação dos homens que o cercam; quando são capazes e fiéis, sempre se pode reputá-lo sábio, porque soube reconhecê-los competentes e conservá-los” (MAQUIAVEL, 1988 citado por BRUNO, 2006, p. 48).

As mudanças iniciais na profissão ocorreram no século XX, a partir da I Guerra Mundial, quando houve o surgimento das primeiras teorias administrativas, que desenvolveram as bases da estrutura empresarial moderna. Neste contexto, os estudos de Alfred Marshall (1982 citado por SABINO; MARCHELLI, 2008, p.10), contribuíram demasiadamente para esta nova concepção que “considera mais cuidadosamente as diversas funções que os homens de negócio desempenham e a maneira pela qual essas funções são distribuídas entre os dirigentes de uma grande empresa”. Assim, no cotidiano de atividades de um gerente, foi possível transmitir uma consequente atribuição de tarefas rotineiras aos secretários, liberando o tempo do líder para trabalhos mais relevantes da organização, caracterizando o profissional como membro de apoio e ação do Executivo.

Com o crescimento do comércio, a participação do Secretário se tornou mais intensa e necessária no ambiente corporativo. Seu papel foi efetivamente alterado, principalmente, com a dinamização das estruturas organizacionais e a competitividade do mercado de trabalho, conforme descreve Castelo (2007):

Foram muitas, intensas e primordiais para a profissão as conquistas, lutas e ações realizadas no Brasil ao longo das últimas seis décadas, resultantes do empenho dos precursores do movimento, dos profissionais de Secretariado, dos representantes e dirigentes das associações, dos sindicatos, dos coordenadores, professores e alunos dos cursos técnicos e de graduação em Secretariado, enfim, da categoria como um todo (CASTELO, 2007, p. 23).

Com os avanços tecnológicos propiciando maior facilidade na sistematização do trabalho, o profissional de Secretariado ampliou sua área de atuação, com autonomia para deliberação de diversos assuntos, participação em equipes de trabalho e atividades de maior relevância no alcance de metas e objetivos da organização.

1.2 COMPETÊNCIAS DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO

O atual cenário do mundo dos negócios sugere uma alta competitividade entre os profissionais. O uso da informatização cresceu rapidamente gerando ameaças, crises e até mesmo extinção de algumas profissões, mas também trouxe oportunidades, surgimento de novas áreas de atuação e tecnologias cada vez mais avançadas, conforme corrobora Seiblitiz, (1999, p. 65-66): “É natural e evidente que a tecnologia exterminará algumas profissões, mas fará com que outras deem um passo gigantesco em seu

desenvolvimento. Ao mesmo tempo, criará novos empregos, criando novas e necessárias atividades e oportunidades”.

Antes do advento das ferramentas tecnológicas, o profissional de Secretariado dedicava todo o seu tempo a tarefas rotineiras como: atendimento telefônico, anotação de recados, organização de arquivos, atualização e controle de agendas, isto é, realizava atividades repetitivas que refletiam em seu perfil de meramente executor de ordens (BRUNO, 2006, p. 17).

Em decorrência ao crescimento da informatização, iniciou-se o “discurso” da extinção da profissão de Secretário Executivo. Entretanto, este rumor não obteve êxito, pois, com o auxílio de novas ferramentas, esse profissional automatizou seu trabalho e capacitou-se para essas mudanças, passando a executar atividades de assessoramento, assumindo, inclusive, responsabilidades do departamento e/ou da organização. Neste sentido, Grion (2008) assegura:

Estamos vivendo um momento de grandes alterações tecnológicas. Nunca o ser humano passou por um período de tantas inovações. A secretária precisa conhecer todos os equipamentos que fazem parte do escritório moderno. O computador revolucionou a rotina e a vida de todos. A automação, porém, exige um ágil sistema de comunicação como suporte. Se a secretária não dominar os equipamentos modernos, vai tornar-se alheia ao processo de desenvolvimento (GRION, 2008, p. 19).

Toffler (citado por BRUNO, 2006, p. 03), em seu livro “A Terceira Onda”¹, já alertava para as mudanças que os avanços tecnológicos iriam gerar nas organizações e nas atividades dos profissionais de Secretariado “[...] as Secretárias, de longe de serem reduzidas a broncas e repetitivas processadoras, se tornarão igualmente chefes, compartilhando algo do trabalho profissional e as tomadas de decisão, de onde têm sido, em grande parte, até agora excluídas”. Sobre o exposto, Torquato (1991) também acrescenta:

[...] Minha previsão é a de que a Secretária tende assumir maiores responsabilidades na administração dos seus respectivos departamentos passando a gerenciar as questões rotineiras e a assessorar os chefes, recebendo, para isso, maior soma de poderes decisórios. Em termos de novas

¹ *The Third Wave* - A terceira vaga ou A terceira onda (1980). A primeira onda trata da revolução agrícola. A segunda onda apresenta as modificações ocorridas na sociedade com base na Revolução Industrial. Já a terceira onda é baseada no industrialismo que formará uma nova civilização, interferindo nas relações de trabalho, interpessoais e de consumo.

funções, imagino, por exemplo, que a Secretária será responsável pela coleta de dados, organização, planejamento, assessoria especial aos chefes para tomada de decisões sobre o clima ambiental e reordenamento de estruturas, supervisão de serviços de terceiros prestados aos departamentos, etc. [...] (TORQUATO citado por BRUNO, 2006, p. 02-03).

Com base no Art. 4º da Lei nº. 7.377, de 30 de setembro de 1985, que regulamenta o exercício da profissão, percebe-se que o Secretário Executivo é um profissional de muitas atribuições e competências que podem ser aplicadas em diferentes funções, entre elas: planejamento, organização, direção e coleta de informações para a consecução de objetivos e metas da empresa.

Fleury e Fleury (2000 citado por PINTO, 2003, p. 02) definem a competência como “um saber agir, que implica transferir conhecimentos, habilidades, que agreguem valor econômico a organização e valor social ao indivíduo”. Do mesmo modo, Scott B. Parry (1996) a resume da seguinte forma:

Um agrupamento de conhecimentos, habilidades e atitudes correlacionadas, que se relaciona com o desempenho que pode ser medido segundo padrões preestabelecidos, e que pode ser melhorado por meio de treinamento e desenvolvimento (PARRY, 1996, citado por PINTO, 2003, p. 01).

As organizações necessitam de profissionais que possuam conhecimentos de gestão administrativa, autocontrole e capacidade de conviver com um grande fluxo de informações, competências estas, inerentes ao Bacharel em Secretariado Executivo. Sendo a interface entre o administrador e o mundo organizacional, o profissional de Secretariado, deve efetuar a triagem dos processos administrativos, assim como, definir prioridades com o objetivo de facilitar e viabilizar as relações interpessoais, sempre primando por atitudes assertivas (BRUNO, 2006, p. 46).

Atualmente, com o processo de globalização, deve-se identificar o rol de requisitos necessários para o profissional, como escolaridade, conhecimentos, habilidades, treinamento e aperfeiçoamento contínuo. Assim, o Secretário Executivo deve exercer suas atividades, considerando as bases fundamentais para o melhor desempenho da profissão.

1.3 QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Devido as consideráveis mudanças incorporadas e adaptadas, surge no início da década de 90, no cenário global, a necessidade de qualificação constante, que permitirá o acompanhamento das alterações e inovações dos processos de obtenção e permanência de competências e habilidades. Segundo Hargreaves e Zuanetti (2005):

Em se tratando de qualificação profissional, o conceito de *competência* foi ampliado e hoje ser *competente* não significa apenas demonstrar o conhecimento técnico exigido pela profissão, mas também ter autonomia para solucionar problemas e disposição para participar ativamente no ambiente de trabalho, tomando decisões e assumindo responsabilidades com base no trabalho em equipe (HARGREAVES; ZUANETTI, LEE et al., 2005, pg. 35).

Para acompanhar as mudanças organizacionais, os profissionais precisam qualificar-se, a fim de competir e atender às novas exigências. Um dos caminhos para alcançar essa qualificação é o ensino superior que, nos últimos anos, encontra-se cada vez mais competitivo e diversificado.

A formação acadêmica para o profissional de Secretariado Executivo é obrigatória, não somente por ser exigência legal (LF nº. 7.377/85 de 30/09/85 e Lei nº. 9.261/96), mas, sobretudo, por ser o único meio de garantir o exercício supremo da profissão.

Em 04 de abril de 2001, foi publicado o Parecer nº. 583/2001 do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE, fornecido às Instituições de Ensino Superior, com o intuito de estabelecer as primeiras diretrizes curriculares para o curso de Secretariado Executivo. Porém, a concretização desse trabalho só ocorre com a publicação do Parecer nº. 102/2004 - CES/CNES e sua Resolução nº. 03, de 23 de junho de 2005, que dispõe:

O Bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacioanl e macroorganizacional (Artigo 3º, Parágrafo único).

Esta Resolução enfatiza a importância da diversificação de conhecimentos que o Bacharel em Secretariado Executivo deve possuir em seu currículo através das instituições de ensino. Deste modo, Andrade e Carvalho (1999 citado por

BORTOLOTTI; RINALDI, 2008, p. 03) ressaltam: “Para o estudante de Secretariado as IES devem oportunizar o conhecimento na teoria e na prática das áreas de estudo, empenhando-se no preparo dos profissionais para exercer seu papel nas organizações [...]”.

Destarte, o curso tem como principal objetivo formar profissionais para atuarem “de forma integrada ao universo das organizações e sintonizados com a realidade regional, nacional e internacional” (PINÖL; CASSIANO, 2004, p.03).

Em consonância às disposições das diretrizes curriculares do curso de Secretariado Executivo, os profissionais são preparados efetivamente para desenvolver habilidades de lidar com modelos inovadores de gestão, assessoria administrativa, receptividade e liderança para o trabalho em equipe. Para Bortolotto e Rinaldi (2008):

Os profissionais que desejam atuar nesta área precisa [sic] se conscientizar que a qualificação profissional é o melhor caminho para conquistar o reconhecimento profissional, superar os tabus impostos a profissão, e assim construir uma identidade. As IES devem estimular o desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliem o pleno exercício das prerrogativas profissionais de secretariado, como gestores, articuladores, empreendedores e consultores (BORTOLOTTI; RINALDI, 2008, p. 08).

Somente através das experiências e conhecimentos adquiridos com a formação acadêmica e qualificação é que o profissional poderá atuar satisfatoriamente e estar apto e preparado para o mercado de trabalho.

1.4 MERCADO DE TRABALHO

O Trabalho sempre esteve presente na história da sociedade, tendo como objetivo inicial, a sobrevivência. Porém, com a Revolução Industrial, a busca pelo lucro ocasionou o começo da exploração do homem, tendo em vista a “necessidade” de mão-de-obra barata, fato que repercutiu em intensas mudanças nas relações de trabalho.

Etimologicamente a palavra Trabalho significa “*tripalium*”, um instrumento romano utilizado para tortura. Não obstante, sua definição sempre esteve ligada à realização de tarefas que envolvesse o desgaste físico e mental na produção de bens e serviços para suprir e satisfazer as necessidades humanas (MACHADO, 2006, p.05). Na mesma linha de pensamento, Genaro e Oliveira (2007) resumem que:

A história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades. Essa busca se reproduz historicamente em toda a ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. Na medida em que a satisfação é atingida ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho (GENARO; OLIVEIRA, 2007, p. 01).

Seu conceito foi sofrendo diversificadas alterações, modificando-se através dos tempos, com novos domínios e novos valores. O trabalho-tortura, maldição, deu lugar a trabalho como fonte de realização pessoal e social, bem como, meio de dignificação. De acordo com Roberto Kanaane (1999):

O trabalho sempre ocupa lugar central na vida de diferentes comunidades, onde gradativamente foi sendo limitado pelas condições socialmente estabelecidas. Ao depararmos com o homem sendo o produto e produtor da sociedade, detectam-se as diferentes formas de se relacionar, trabalhar e produzir (KANAANE, 1999 citado por GENARO; OLIVEIRA, 2007, p. 01).

Com a Revolução Industrial, uma série de transformações no processo de produção deu origem a um novo cenário mundial. O fenômeno do desenvolvimento tecnológico, a ampliação dos mercados e a industrialização alteraram significativamente a relação capital-trabalho, se difundindo por todo o mundo em busca de mercado consumidor e matéria-prima.

Deste modo, as implicações da globalização fizeram-se notar no mercado de trabalho, tanto em relação ao crescimento da dominação capitalista, quanto ao crescimento da desigualdade social, assim como, no aumento do nível de desemprego, na precariedade das relações de trabalho e, principalmente, na contenção salarial do trabalhador (LEÃO, 2010, p. 58). Neste sentido,

As empresas aprenderam a produzir muitos bens e serviços empregando cada vez menos trabalho humano (DE MASI, 1999 citado por TOMAZ, 2001, p. 14). O discurso é que os funcionários são o patrimônio mais valioso da empresa; o que eles percebem é que são o patrimônio mais descartável (HAMMEL E PRAHALAD, 1995 citado por TOMAZ, 2001, p. 14).

Para melhorar a qualidade e aumentar a produtividade, passou-se a utilizar princípios da administração japonesa - Toyotismo² - no qual, segundo Antunes (1995, p.

² Ou *Ohnismo*, de *Ohno*, engenheiro que originou o modelo na Toyota. Novo modelo japonês caracterizado pela produção variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. A produção sob o Toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda.

34-35), "o trabalho passa a ser realizado em equipe [...] Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho", explica o autor.

Os novos paradigmas e os desafios da gestão empresarial provocaram demasiadas transformações na estrutura das organizações públicas e privadas como também na figura do trabalhador. As empresas, para se adaptarem a produzir sem perder a competitividade, tiveram que buscar permanentemente o conhecimento e a capacidade de inovar. Para tanto, reestruturaram suas atividades administrativas e produtivas, com níveis hierárquicos mais enxutos, dando origem a novas oportunidades voltadas a contratação de profissionais qualificados e preparados para trabalhar com as novas tecnologias. Assim, Genaro e Oliveira (2007) observam:

A economia global mudou, as empresas mudaram e o emprego também. As formas de trabalho adquirem novas feições e o emprego passa por redefinições profundas. O emprego ainda é uma necessidade dos empregadores e empregados. Mas, deixou de ser sinônimo de segurança. Ter segurança profissional, hoje é mais do que ter emprego e salário. É ter a possibilidade, a condição de conseguir trabalho e remuneração, independentemente da idade e de estar ou não empregado (MINARELLI, citado por GENARO; OLIVEIRA, 2007, p. 01).

A exigência da empregabilidade acarreta a preparação das pessoas para a eventualidade de enfrentar novas formas e condições nas relações de trabalho. Quanto maior a qualificação, maiores serão as possibilidades de adaptação à evolução técnico-científica exigida no mundo atual (GENARO; OLIVEIRA, 2007, p. 02).

Segundo Chiavenato (2000):

A empregabilidade deixa de ser vitalícia e fixa para ser temporária e flexível. A segurança no emprego passará a ser substituída pela aprendizagem. A organização deixará de ser a empregadora para ser a cliente. As pessoas deixarão de ser empregados para se tornarem fornecedores de conhecimento para uma ou várias organizações. O velho conceito de emprego passa a ser substituído pelo novo conceito de parceiro ou fornecedor de conhecimento (CHIAVENATO, 2000 citado por GENARO; OLIVEIRA, 2007, p. 01-02).

Desta forma, o profissional deverá assumir responsabilidades e adquirir novos conhecimentos, investindo em si mesmo. Entretanto, é necessário que tenha atenção redobrada às novas tendências mercadológicas, bem como as de sua profissão e/ou empresa na qual realiza sua atividade.

No livro “O Trabalho das Nações”, Robert B. Reich (1994) conceitua o trabalho do século XXI em três categorias: serviços rotineiros de produção (tarefas repetitivas), serviços pessoais (atividades individuais ou em equipes) e serviços simbólicos analíticos (solucionam e identificam problemas e promovem sua resolução). Deste modo, os profissionais de Secretariado Executivo, por possuírem variadas habilidades estariam compreendidos nas três categorias. Para o autor:

[...] Apenas algumas das pessoas que são classificadas como “secretárias”, por exemplo, executam estritamente tarefas rotineiras [...] Outras “secretárias” executam serviços pessoais [SIC] [...] Um terceiro grupo de “secretárias” executam tarefas simbólicas analíticas estreitamente ligadas ao que fazem seus chefes. Classificá-las todas como “secretárias” encobre as diversas funções que têm dentro da economia [...] (REICH, 1994 citado por BRUNO, 2006, p. 13).

A atividade secretarial é compreendida no mercado de trabalho como de apoio e complementar, isto devido a não valorização de sua especificidade, tendo em vista o ingresso de Secretários Executivos em áreas diversas para atender as exigências do mercado. A natureza secundária atribuída à esses profissionais reflete negativamente nas oportunidades e salários ofertados. De acordo com dados da Federação Nacional das Secretárias e Secretários - FENASSEC, a média salarial não ultrapassa o valor de R\$ 1.300,00, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 01
PISO SALARIAL DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO (BRASIL)

NÍVEL MÉDIO		
Alagoas		R\$ 820,82
Amazonas		R\$ 760,00
Distrito Federal		R\$ 466,40
NÍVEL TÉCNICO		
Amazonas		R\$ 908,00
Ceará		R\$ 758,16
Distrito Federal		R\$ 601,02
Mato Grosso do Sul		R\$ 400,00
Paraná		R\$ 700,00
NÍVEL SUPERIOR		
Alagoas		R\$ 1.236,42
Ceará		R\$ 667,51
Distrito Federal		R\$ 974,14
Mato Grosso do Sul		R\$ 950,00
Paraná		R\$ 1.280,00

Fonte: FENASSEC, 2008/2009

Segundo Renato Grinberg³ (2010), algumas empresas preenchem a vaga de secretária com profissionais de outras áreas. Entretanto, quando há um crescimento na empresa, a diretoria sente a necessidade de um profissional formado na área: “Com os avanços tecnológicos e o aumento da demanda, é cada vez mais escasso o número de profissionais qualificados e prontos para atuar nesse setor”, esclarece Grinberg.

O ramo de trabalho do Secretário Executivo possibilita atuar em diversos segmentos e diferentes organizações, sejam elas públicas ou privadas, comércio, indústrias, instituições, fundações e associações civis (sindicatos, igrejas, clubes). Organizações de grande porte recrutam este profissional para assessorar seus executivos. Em empresas de médio porte a contratação é direcionada ao desempenho de atividades nos setores administrativos, contabilidade e recursos humanos. Desta forma,

O mercado de trabalho é muito mais exigente do que no passado, requerendo que a profissional Secretária Executiva demonstre efetivamente todas as suas aptidões e conhecimentos. Já não basta a conclusão de um curso superior, é indispensável apresentar o maior número de qualidades empresariais, em sincronismo com as necessidades das empresas (NEVES, 2008, p. 07).

Tendo em vista que o mercado de trabalho para os Secretários Executivos encontra-se cada vez mais saturado, é necessária a percepção de novas oportunidades de atuação no mercado moderno (MACHADO; SUPERTI, 2006, p. 01). Dentre algumas alternativas está a possibilidade de esses profissionais exercerem suas funções de forma autônoma e empreendedora, constituindo empresas voltadas para as áreas de administração, prestação de serviços, consultoria e até mesmo projetos comerciais.

³ Segundo notícia veiculada na página www.g1.globo.com, em 18 de novembro de 2010.

2 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

O mercado de trabalho de Macapá tem apresentado, nos últimos anos, crescimento significativo em determinados setores. Durante várias décadas, grande parte da população esteve inserida em empregos e funções públicas (CAGED/MTE). Após a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, o setor de comércio e serviços passou a impulsionar gradativamente o mercado, entretanto, o Estado ainda participa intensamente da economia e desenvolvimento do município.

Neste contexto, as características e mudanças no cenário mercadológico da região, apontam para a necessidade de profissionais qualificados que possam prestar assessoria às atividades desenvolvidas nas organizações, cabendo destaque ao Secretário Executivo, objeto de estudo deste trabalho, cuja trajetória e atual conjuntura no mercado de trabalho delimitado, serão apresentadas.

2.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO

Em 1988, o Amapá ganhou sua autonomia, passando de Território Federal a Estado. Contudo, o modelo econômico predominante durante quase meio século de existência, não foi orientado por uma política de desenvolvimento capaz de induzir o aproveitamento racional dos recursos naturais, nem tampouco, houve a preocupação com a auto-sustentação do Estado e investimentos no setor produtivo, principalmente na área agrícola e pecuária. Neste sentido, Oliveira (2000) resume:

Apesar do expressivo volume de recursos aqui chegados, notadamente na fase de Território Federal, não aconteceu a implantação de uma infraestrutura que permitisse o alicerçamento de uma economia auto-sustentável [...] Certamente pela ausência de políticas desenvolvimentistas adequadas à nossa realidade ou nossos governantes não foram suficientemente competentes para gerenciar os recursos disponíveis, visando a promoção do desenvolvimento do território (OLIVEIRA, 2000, p.02).

A exploração do manganês em Serra do Navio, a partir dos anos 50, e a instalação do Projeto Jarí, nos anos 70, são exemplos desse modelo, no qual grandes projetos visam à exploração intensiva sem a devida preocupação com o esgotamento das reservas naturais e, sobretudo, com os custos sociais e ambientais. Assim, a economia

do Território não usufruiu das condições básicas para alavancar o processo de desenvolvimento econômico do Estado (SEICOM, 2001, p. 20).

A economia define-se, por ser de um lado, importadora de bens de consumo e manufaturados, representada, em sua maioria, por pequenas e médias empresas atuantes no ramo atacadista e varejista. De outro lado, exportadora de matéria-prima para alimentação de parques industriais de outras regiões. Neste sentido, o PIB do Estado é constituído por três setores, responsáveis pelo fluxo econômico, na qual agrega atividades de suma importância para o seu desenvolvimento:

- **Agropecuário** – Agricultura; silvicultura; pecuária e pesca.
- **Indústria** – Indústria extrativa mineral; indústria de transformação; construção civil.
- **Serviços** – Administração pública; comércio; outros.

Entretanto, com um setor primário e secundário incipiente, o setor terciário apresenta-se ‘inchado’, alcançando em 2004, um índice de 87,62% do PIB estadual, conforme é constatado na tabela 02 abaixo:

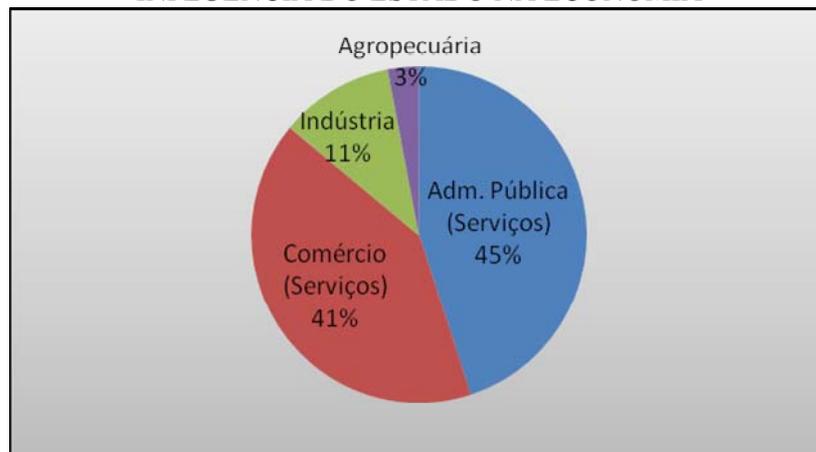
TABELA 02
COMPOSIÇÃO DO PIB (%) – AMAPÁ

SETOR	2000	2001	2002	2003	2004
PRIMÁRIO	4,60	5,10	5,40	3,79	4,58
SECUNDÁRIO	8,70	9,00	8,40	8,70	7,81
TERCIÁRIO	86,70	85,90	86,20	87,51	87,62

Fonte: IBGE/SEPLAN-AP

A disparidade entre os setores primário, secundário e terciário, mantém o Amapá dependente da importação de produtos de outros mercados, uma vez que a falta de políticas públicas voltadas ao estímulo da produção rural, provocou uma dependência cada vez maior de regiões fora do Estado, traduzindo-se em alternativas econômicas mínimas, sobretudo, as relacionadas à indústria local, que se encontra, ainda, em processo de desenvolvimento (MORAIS, 2009, p. 31), como pode ser observado no gráfico 01 a seguir:

GRÁFICO 01
INFLUÊNCIA DO ESTADO NA ECONOMIA



Fonte: IBGE, 2005

Em alusão ao gráfico, o desempenho econômico desenvolvido no Estado, não foi suficiente para atender as suas necessidades, ocasionando uma dependência muito forte de transferências e/ou captação de recursos federais para dar suporte aos projetos de desenvolvimento, uma vez que a principal fonte de receita própria depende diretamente das atividades produtivas, ainda não estabelecidas (TAVARES, 2004, p. 16-17). Nesse contexto, o setor primário não conseguiu configurar-se como base de sustentação para a dinamização local, quer através do fornecimento de matéria-prima quer pela produção necessária ao atendimento das carências da população.

Não obstante, o Estado possui um ambiente propício para a instalação de empreendimentos diversos, sobretudo, por sua posição geográfica que favorece as relações comerciais com os grandes mercados, como Europa e Estados Unidos (SEICOM, 2007, p. 11). A análise de Oliveira (2000) aborda esta questão:

Vemos o Amapá com uma localização geográfica bastante estratégica, se considerarmos nossa proximidade com os países vizinhos e que estamos na saída do rio Amazonas para o Atlântico. Por outro lado, nossa economia é incipiente e não temos acesso rodoviário ao resto do Brasil (OLIVEIRA, 2000, p.02).

Apesar dos estímulos atrativos governamentais, o Amapá possui poucos investimentos. O posicionamento geográfico, embora estratégico, dificulta o escoamento de matérias-primas, projetando preços elevados ao consumidor. Além disso, a insuficiência de energia elétrica e o predomínio de parques industriais

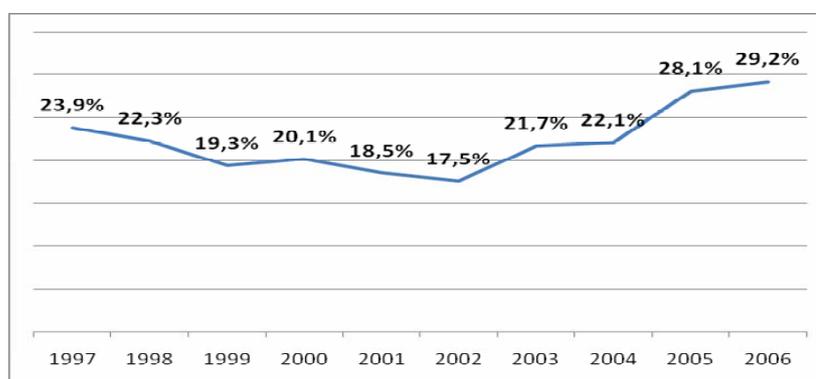
instalados em outras capitais dificultam e, até mesmo, inviabilizam a instalação de empresas de grande e médio porte.

A produção e distribuição de energia elétrica, além de boas vias de transporte, são essenciais: “Esses são pontos importantíssimos, pois sem energia e condições de acesso você não consegue desenvolver o Estado”, afirma André Luiz Amarante Mesquita⁴. Do mesmo modo, Ernesto Monteiro Filho, engenheiro da Solve Engenharia, complementa: “sem energia e acesso por estradas, via fluvial ou aéreo, não se consegue desenvolver nenhuma região”. Desta forma,

A região amazônica é rica, mas o seu desenvolvimento não depende somente de sua riqueza natural. São necessários investimentos em obras de infraestrutura, inclusive no setor de energia elétrica e de transporte para tornar viável a produção industrial que processa a matéria-prima. Além disso, é fundamental um amplo programa de incentivos para motivar a instalação de novas indústrias na região (Revista Questão Amazônica, 2005, p. 31).

O setor econômico vivenciado não possibilitou a geração de emprego e renda suficiente para a demanda populacional. Em todo o Estado, existe um grande contingente de pessoas que fazem parte desta realidade, uma vez que, por ser desigual em seu desenvolvimento, as oportunidades não atingem a uma totalidade satisfatória (SOUZA, p. 04, 2006). Segundo pesquisa realizada pela PNAD⁵ (Gráfico 02), o Amapá é a unidade da Federação com maior quantidade de servidores públicos, representando aproximadamente 29% da população empregada (CHELALA, 2009, p.160):

GRÁFICO 02
PROPORÇÃO PERCENTUAL DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES
SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO AMAPÁ E NO BRASIL



Fonte: IBGE, PNAD 1997 a 2006. Censo 2000

⁴ Diretor da Solve Engenharia. Reportagem publicada na Revista Questão Amazônica, 2003, p. 31.

⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, IBGE – 2006.

Esta realidade é reflexo da diversidade entre os setores econômicos, na qual a Administração Pública apresenta o maior índice na sócio-economia do Estado. Uma das alternativas seria o estímulo à iniciativa privada, especialmente no setor produtivo, pois, a maior parte da população encontra-se sem condições de participar, efetivamente, do desenvolvimento local.

Para o Senador Papaléo Paes (2006):

Hoje, passamos por grandes dificuldades econômicas porque o Estado é seqüela da condição de ex-Território [...] O investimento que se fez no Estado foi de recursos, de repasses federais – que é do que o Estado vive – em obras de construção civil principalmente, não especificamente em obras que viessem viabilizar um melhor escoamento da produção agrícola, incentivar o agricultor a desenvolver sua atividade, incentivar a agropecuária, enfim, as tendências que o Estado poderia ter (PAES, 2006, p.126).

Atualmente, vivenciamos momentos de pioneirismo, através de pessoas e empresas que, apesar das dificuldades, acreditam na potencialidade do Estado. Há, portanto, um grande mercado a ser explorado, pois a região, apesar da considerável presença de matéria-prima, não se destacou como um pólo produtivo que possibilite a geração de renda e desenvolvimento.

2.2 ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA

Durante toda a história do Amapá, a atividade econômica que mais se destacou foi a extração de recursos naturais, desde a simples exploração de matérias-primas até o seu beneficiamento, tendo sempre o mesmo destino, o mercado exterior. (PORTO, 1998, p. 16). No entanto, com o esgotamento das jazidas no município de Serra do Navio e a retirada antecipada da empresa Mineradora - Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI, fez-se necessário buscar novas alternativas para dinamizar a economia. Os políticos, preocupados com a estagnação do Estado, resolveram articular com o Governo Federal (MORAIS, 2009, p. 69) sugerindo novas propostas, a fim de permitir sua reorganização. Dessas, cabe destaque à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, cujas influências estão sendo manifestadas na capital e no município de Santana (PORTO, 1998, p. 16-17).

Sobre o assunto, Tavares (2004) descreve:

Desde os tempos de Território, o Amapá sofreu com a falta de indução de políticas que integrassem áreas potenciais a programas de expansão, infraestrutura e de desenvolvimento do sistema produtivo, bem como de mobilizar o potencial participativo da sociedade. Assim, ao longo de sua história houve um aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de níveis entre as regiões e segmentos sociais (TAVARES, 2004, p. 14).

As Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental, com atividades voltadas à importação nacional e estrangeira. Em sua maioria, as implantações das ALC, em determinadas regiões, visam à busca por uma produção mais qualificada ou, mais comumente, pelas possibilidades de garantir seu escoamento, assim como pela “facilidade” em comercializar com produtos importados de outros países, em especial os orientais como China, Japão e Coréia do Sul (PORTO; COSTA, 1999, p. 35 citado por LEÃO, 2010, p. 33-34).

Um dos fatores que resultou na criação da ALC no Amapá foi sua localização estratégica, pois apesar de não estar situado na Amazônia Ocidental, possui fronteira com a Guiana Francesa, Suriname e o Estado do Pará, além de estar geograficamente mais próximo da Europa, Estados Unidos e Caribe, possibilitando uma maior abertura ao comércio internacional. Assim, com a promulgação da Lei Federal nº. 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e o Decreto nº. 517, de 08 de maio de 1992, foi oficialmente implantada, em março de 1993, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, conforme descrito em seu Art. 1º:

Fica criada no Município de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, para o livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana (ART. 1º, CAPITULO I, DECRETO Nº. 517, 1992).

Seu objetivo principal foi promover o desenvolvimento das cidades de Macapá e Santana, visando integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos do IPI e do ICMS, proporcionando melhoria na fiscalização de entradas e saídas de mercadorias, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos.

A Área de Livre Comércio do Amapá, que ocupa uma área de 220 km², oferece estímulos somente para compra e vendas de produtos e não para a produção. Em 2009, foi criada a Zona Franca Verde, através da Lei nº. 11.898, de 08 de janeiro de 2009, que deverá ser implantada nos municípios de Macapá e Santana. Tal projeto é constituído por um conjunto de incentivos fiscais (isenção do IPI, redução do ICMS, PIS e COFINS), visando estimular o beneficiamento industrial dos recursos e matérias-primas regionais de origem florestal, pesqueira, agropecuária e mineral. Nesta dimensão, Paes (2006) enfatiza:

Não é difícil vislumbrarmos a importância desse Projeto para a economia de toda a região. Em uma época em que rumores e factóides sobre o possível desejo das grandes potências em internacionalizar a Amazônia ganha espaço nos meios de comunicação, o estabelecimento de um pólo industrial e comercial na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana será uma amostra sobre o aproveitamento nacional de nossa biodiversidade (PAES, 2006, p. 122).

Assim como ocorre no Amapá, em toda Amazônia podemos encontrar riquezas naturais disponíveis à exploração econômica, principalmente no Estado do Pará, considerado um dos maiores concorrentes em qualquer atividade da região. Na opinião do engenheiro mecânico André Luiz, os grandes projetos buscam o aproveitamento dos recursos naturais causando preocupação com o meio ambiente. Segundo ele: “Devemos considerar os aspectos positivos da exploração, como a geração de emprego e renda. Há um contraponto entre desenvolvimento industrial e a preservação da natureza”, conclui.

Considerando as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais, a ALCMS possibilitou a abertura e oportunidades de negócios para a economia do Estado, principalmente para o setor de comércio e serviços. Apesar disso, a geração de emprego não foi o suficiente para conseguir absorver a maior parte da população (MORAIS, 2009, p. 71).

Sabe-se que grande parte dos problemas encontrados são consequências de um sistema político adotado não somente no Estado, mas, sobretudo, imposto pelas grandes metrópoles do país, o que deve ser repensado pela sociedade e revisto pelas autoridades. Assim, cabe a cada cidadão, em comunhão com o poder público, a responsabilidade de estimular o desenvolvimento econômico-social para que tenhamos, futuramente, maiores oportunidades de emprego e renda.

2.3 O MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

Com a transformação do Amapá em Estado e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, muitas mudanças ocorreram que repercutiram, categoricamente, em diferentes setores da economia local.

Os investimentos direcionados a urbanização do município, resultaram em instalações mínimas de estruturas administrativas. Somente a partir da década de 40, com a construção e inauguração de obras importantes como a Residência do Governador, Hotel Macapá e Escola Barão do Rio Branco, Macapá passou a vivenciar um período de maior desenvolvimento (PINHEIRO, 2001 citado por LEÃO, 2010, p. 42-43).

Na década de 90, houve forte expansão do nível de ocupação, principalmente no funcionalismo público. Posteriormente, com o surgimento de alguns empreendimentos, o setor de comércios e serviços passou a também participar da economia. Apesar disso, com a excessiva dependência dos recursos públicos, o município tem no setor primário e secundário pouca expressividade, tanto que o setor terciário alcançou em 2.000, um índice de 86, 7 % de representatividade na composição do PIB do Amapá. A tabela 03 apresenta os resultados dos anos de 1996/2000:

TABELA 03
ESTRUTURA SETORIAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO AMAPÁ – 1996/2000

SETORES / SUBSETORES	1996	1997	1998	1999	2000
SETOR PRIMÁRIO	9,20	5,25	5,53	5,32	4,61
SETOR SECUNDÁRIO	9,96	9,79	6,71	9,43	8,69
- Indústria Extrativa Mineral	2,68	2,79	0,45	3,71	-
- Indústria de Transformação	2,75	2,61	1,76	1,82	-
- Construção Civil	3,43	3,39	3,23	2,89	-
- Serviços Industriais e de utilidade pública	1,10	1,00	1,27	1,01	-
SETOR TERCIÁRIO	80,84	84,97	87,77	85,25	86,70
- Comércio e reparação de veículos	23,03	23,68	22,29	22,50	-
- Transporte e armazenagem	3,02	4,88	6,20	5,62	-
- Instituições Financeiras	2,06	2,06	1,76	1,72	-
- Administração Pública	34,07	33,68	36,03	36,05	-
- Alojamento e Alimentação	3,66	5,31	5,80	4,00	-
- Comunicação	0,46	0,41	0,71	1,14	-
- Atividades Imobiliárias	7,91	8,51	8,38	7,75	-
- Saúde e Educação	3,65	3,35	3,21	3,12	-
- Outros serviços coletivos	2,76	2,87	3,14	3,09	-
- Serviços domésticos	0,22	0,22	0,25	0,26	-
- PIB TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00

Fonte: IBGE / SEPLAN-AP

Desta forma, o setor terciário configura-se como uma das bases mais relevantes à economia e desenvolvimento do município. De um modo geral, o comércio, as instituições financeiras e as empresas prestadoras de serviços, constituem os principais subsetores da região. Entretanto, Santos (citado por LEÃO, 2010, p. 33) acrescenta que “os salários do funcionalismo público ainda são os maiores ‘aquecedores’ do fraco comércio local”, pois apesar do comércio ter se tornado uma alternativa de trabalho, o mercado consumidor local ainda é bastante incipiente, quer pela insuficiência de geração de renda, quer pela incapacidade de absorção de mão-de-obra disponível (LEÃO, 2010, p. 119). Ainda segundo o autor:

O centro comercial de Macapá destaca-se pela particularidade de movimentar um fluxo elevado de pessoas e capital nos períodos comemorativos e durante o pagamento dos servidores públicos. A circulação no comércio é intensa. Para o comércio de Macapá a chamada “economia do contracheque” é bastante presente (LEÃO, 2010, p. 77).

Apesar da implantação da Área de Livre Comércio e de sua importância, o Estado ainda participa ativamente na economia e desenvolvimento do município. A administração pública apresenta-se, nesse contexto, como o subsetor que mais tem absorvido o contingente profissional disponível, fato este, atribuído não somente à escassez de polos industriais/ empresariais, mas, principalmente pelas dificuldades de inserção no mercado, quer pela falta de qualificação, quer pela precariedade das condições de trabalho, especialmente no setor comercial, pois:

O aumento do desemprego e a baixa qualificação profissional exigidas para trabalhar no comércio fazem com que a procura por esses postos de trabalho cresça, principalmente entre a população jovem. A grande questão é que nem sempre o trabalhador preenche os requisitos necessários para o trabalho nas lojas da área comercial, mesmo que seja para um trabalho multifuncional e precarizado com um baixo salário. Um dos fatores mais diretos é a idade e o tempo de experiência do trabalhador e o outro fator é o desemprego ligado à qualificação profissional por parte do trabalhador (LEÃO, 2010, p. 77).

Nesse sentido, o conjunto de características econômico-sociais da região e as rápidas mudanças que o mundo do trabalho vem apresentando, apontam para a necessidade de funcionários qualificados que possam prestar assessoria e apoio aos trabalhos desenvolvidos nas empresas, sejam elas públicas ou privadas. Destaca-se que o Secretário Executivo é fundamental para garantir o bom e adequado gerenciamento das informações e dar suporte aos profissionais de diferentes níveis hierárquicos dentro das organizações (PPC, 2009, p. 53).

A graduação em Secretariado Executivo no município teve sua implantação coincidente com a própria fundação da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, em 1990, compondo a ementa de cursos ofertados no primeiro vestibular da IFES. De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Secretariado Executivo, sua principal finalidade é:

Promover o desenvolvimento de cidadãos com consistentes conceitos e conhecimentos humanos, científicos e tecnológicos relacionados com o campo de atuação do Secretário Executivo, com competência para assessorar e capacidade para contribuir na gestão eficaz de organizações, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (PPC/UNIFAP, 2009, p. 54).

Em 1993, uma Comissão instituída pelo MEC propôs a extinção imediata do curso, concluindo que o mesmo era extremamente inadequado para as necessidades do mercado de trabalho local e regional. No ano seguinte, a graduação foi suspensa, sem nenhuma consulta aos acadêmicos. Posteriormente, uma nova Comissão reconheceu o seu funcionamento, aconselhando a reabertura do exame de vestibular para 1996, retornando apenas em 1998 após muitas reivindicações. Entretanto, o curso continuou desacreditado pela Instituição, que não apresentou soluções para garantir a qualidade do ensino.

No município, a presença de Secretários Executivos é relativamente ínfima, principalmente pela falta de políticas públicas que garantam sua permanência no mercado de trabalho, assim como, no desvio de função de muitos profissionais que atuam em diversas áreas não condizentes com a graduação. Além disso, muitos que possuem a formação e exercem atividades inerentes à profissão, não são denominados Secretários Executivos.

No serviço público, apesar da presença significativa de secretários, a ausência de interesse e investimentos do governo nessa área ainda é o grande entrave, pois no Estado não há realização de concursos direcionados especificamente ao Secretário Executivo, além disso, a colocação de profissionais (não formados) para este cargo é baseada principalmente no apadrinhamento político, experiência ou confiança e, no setor privado, a valorização e reconhecimento são fatores dificilmente encontrados.

Tramitou em 2006, na Assembléia Legislativa do Amapá, um Projeto de Lei de autoria do Ex-Dep. Estadual e atual Senador da República Randolfe Rodrigues que versa sobre a ocupação do cargo de Secretário (a) no âmbito da Administração Pública. De acordo com o disposto no Projeto, a ocupação do cargo de Secretário somente ocorreria através de formação superior na área, cuja redação de seu 1º Art. é descrita abaixo:

Torna obrigatória, no âmbito da Administração Pública do Estado do Amapá, o exercício da profissão e ocupação dos cargos de Secretário (a), Administrativos - CDI's, sejam ocupados apenas por profissionais com formação superior no curso de Secretariado Executivo (Art. 1º, Projeto de Lei nº. 0035 - AL, 2006).

Um dos fatores que contribui para a insuficiência de mercado de trabalho para os profissionais em Secretariado Executivo decorre da ausência de investimentos da própria Instituição de Ensino que não oferece ao mercado um profissional com um diferencial. Por ser a mantenedora do curso, a Universidade deveria ser a maior incentivadora do cargo, abrindo concursos públicos e, desta forma, incentivando outras instituições públicas e/ou privadas. Sobre o assunto, Suzi Baia⁶ (Bel. em Direito) argumenta:

[...] Ele tem que se modernizar pra ter uma aceitação no mercado. Que o mercado tá cheio de profissional, tá, mas se cada profissional, cada curso, tiver um diferencial, vai ser melhor remunerado, vai ser melhor aceito, vai ser um profissional satisfeito, e um trabalho exemplar. Porque ninguém trabalha por pouco dinheiro, ninguém trabalha sem ser valorizado, porque eu tenho certeza, tu não passa [SIC] 04 anos numa faculdade e sai de lá pra fazer um serviço que alguém de ensino médio faz, satisfeito (Suzi Baia, Auxiliar jurídica da empresa Altair Pereira Imóveis, Bel. em Direito).

Em virtude do cenário no município ser desfavorável aos profissionais de Secretariado Executivo, caberá aos mesmos fazerem uso de seus conhecimentos para gerar oportunidade em sua carreira profissional, buscando uma remuneração compatível com a sua graduação. Entretanto, infelizmente a maioria dos que se lançam em um negócio o faz por “necessidade” e não por “oportunidade”. A grande diferença é que os primeiros empreendem simplesmente por falta de opções e/ou para buscar seu sustento, sem que tenham, muitas vezes, conhecimentos suficientes ou condições financeiras para conduzir o projeto (CHELALA, 2009, p. 03). Ainda segundo o autor:

⁶ Informação obtida através de entrevista realizada em pesquisa de campo – DEZ/2010.

Com a constatação da magnitude do Estado na economia do Amapá, observa-se certa inibição local ao ímpeto empreendedor do jovem amapaense. A maioria destes tem como ambição suprema ser aprovado em algum concurso público [...] Ocorre que o serviço público não pode promover o desenvolvimento de maneira isolada, mas apenas induzi-lo. Esta tarefa cabe à iniciativa privada, ou seja, aos empreendedores (CHELALA, 2009, p. 03).

Atualmente, há no município excelentes opções para empreender. É necessário não somente estimular o empreendedorismo, mas, sobretudo, fomentar oportunidades de negócios e/ou incentivar a capacitação individual/empresarial, gerando alternativas que possibilitem o desenvolvimento da região: “É hora de comprovar que há vida econômica fora do setor público do Amapá” (CHELALA, 2009, p. 03).

3 PANORAMA DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO EM MACAPÁ

3.1 OBJETIVO

A pesquisa foi realizada através de entrevistas e questionários entregues presencialmente e eletronicamente (e-mail's) aos Executivos e Profissionais de Secretariado.

Foi utilizado como referência 15 (quinze) Executivos e 50 (cinquenta) Profissionais de Secretariado que atuam em organizações públicas e privadas no município de Macapá.

O objetivo da pesquisa foi coletar e apresentar informações referentes à exigência da formação específica para o profissional de Secretariado no mercado de trabalho do município de Macapá, e, desta forma, pressupor a possibilidade de a mesma estar em ascensão ou extinção no mercado de trabalho delimitado.

Para os profissionais de Secretariado o questionário aplicado conteve questões relacionadas à identificação do pesquisado e da organização que atua, além de 11 (onze) perguntas direcionadas a situação da profissão no mercado de trabalho do município.

O questionário aplicado aos Executivos manteve as mesmas questões sobre a identificação do pesquisado e organização. Assim como, 09 (nove) perguntas direcionadas à atuação do (a) Secretário (a) e a exigência ou não da formação específica deste profissional.

3.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO

3.2.1 Identificação dos Profissionais

A tabela 04 apresenta o cargo atribuído a cada entrevistado e objetiva verificar de que forma os profissionais de Secretariado estão sendo denominados nas organizações.

TABELA 04
DENOMINAÇÃO DO CARGO DOS ENTREVISTADOS

SECRETÁRIO	30%
SECRETÁRIO EXECUTIVO	20%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14%
GERENTE ADMINISTRATIVO	10%
CHEFE DE GABINETE	8%
ASSESSOR	6%
RECEPCIONISTA	4%
ASSISTENTE JURÍDICO	4%
OUTROS	4%

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Observa-se que do total de pesquisados 30% são denominados Secretários, enquanto que apenas 20% são titulados Secretários Executivos. Constata-se, assim, que muitas organizações registram os profissionais com diversas denominações, como: Assistente Administrativo, Chefe de Gabinete, Assessor, Recepcionista, entre outras que não a de Secretário Executivo, desconsiderando a legislação em vigor. O Brasil⁷ foi o pioneiro em relação ao regimento da categoria. As Leis Federais nº. 7.377/85 e 9.261/96 foram promulgadas objetivando regulamentar a profissão, na qual assegura que para o seu exercício é necessário o título de Bacharel em Secretariado Executivo, além de registro na DRT. Entretanto, como não há uma fiscalização, não alcançaram a eficácia a que se propuseram.

Para que se conheça o perfil dos profissionais que atuam como Secretários é apresentado na tabela 05, a formação de cada entrevistado, cuja finalidade é demonstrar se os Secretários Executivos estão realmente ocupando suas funções e/ou se existem outros profissionais ocupando o seu cargo.

⁷ O título de profissão, originalmente atribuído pelas universidades, é outorgado por órgãos governamentais de acordo com o sistema legal de cada nação. Assim, a existência do título está submetida às condições peculiares dos países, o que implica cultura, interesse e entendimento sobre determinada ocupação. Nos EUA, mesmo não existindo regulamentação, o reconhecimento desses profissionais é consideravelmente expressivo.

TABELA 05
FORMAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

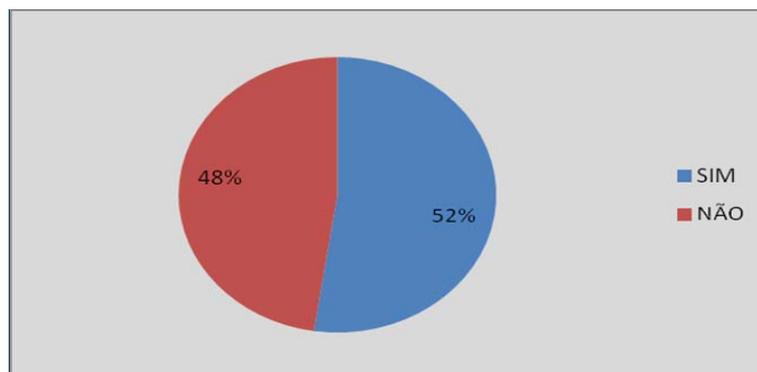
SECRETARIADO EXECUTIVO	58%
ADMINISTRAÇÃO	10%
CONTABILIDADE	8%
DIREITO	8%
ENSINO MÉDIO	2%
GESTÃO TURÍSTICA	2%
HISTÓRIA	2%
MATEMÁTICA	2%
SERVIÇO SOCIAL	2%
REDE DE COMPUTADORES	2%
PEDAGOGIA	2%
RELAÇÕES HUMANAS	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Percebe-se que 58% dos profissionais são formados em Secretariado Executivo. Entretanto, em consonância a tabela 04, mesmo possuindo a graduação, são denominados apenas Secretários. Além disso, foi constatado que 42% dos entrevistados possuem outras formações, cabendo destaque ao curso de Administração, que representou 10%. Este fato é notadamente perceptível quando são realizados concursos públicos no Estado, na qual é permitida, aos administradores, a ocupação de vagas de Secretariado, todavia, os Secretários Executivos não podem assumir as de um administrador. Sobre o assunto, Wanja Corrêa da Silva - Chefe de gabinete do PRODAP complementa: “Se você reparar, quando abre um concurso pra Administração são 100, 150 vagas, aí um concurso de Secretariado (se abrir) o administrador pode fazer, mas nós não podemos fazer para administrador [...]”, conclui.

Desta forma, foi importante indagar junto aos entrevistados que não possuem a graduação específica da área, se durante o exercício da profissão houve a necessidade de fazer o curso de Secretariado Executivo, na qual foram obtidas as seguintes respostas:

GRÁFICO 03
NECESSIDADE DO CURSO PARA OS PROFISSIONAIS SEM FORMAÇÃO EM
SECRETARIADO EXECUTIVO



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Cerca de 52% dos profissionais já sentiram a necessidade de realizarem o curso de Secretariado Executivo, sobretudo, por encontrarem dificuldades dentro da organização, uma vez que, através dele, poderiam obter maior conhecimento em sua respectiva área. Por outro lado, 48% dos entrevistados afirmaram que o fato de possuírem especialização distinta, não prejudicou a realização de suas atividades, pois a experiência adquirida com a prática suprimiu qualquer obstáculo presente no ambiente de trabalho. De acordo com Ana Caroline - Secretária Executiva da empresa Orion Empreendimentos S/S LTDA: “Nota-se que a prática prevalece, pois as habilidades surgem conforme a necessidade de cada empresa é claro que a teoria ajuda bastante, para dar suporte no trabalho, mas isso não quer dizer que você aprende tudo dentro de uma Universidade”.

3.2.2 O profissional de Secretariado nas organizações

O profissional se diferencia não somente por suas habilidades e competências, mas, principalmente, por sua especificidade, isto é, quando apresenta resultados de acordo com seus conhecimentos técnicos. É nesse contexto que a pesquisa foi idealizada, visando verificar de que forma o Secretário Executivo contribui para a efetividade das organizações, detectando, deste modo, que características os diferenciam de outros profissionais e os tornam essenciais em uma organização.

A tabela 06, a seguir, enumera algumas características citadas pelos entrevistados:

TABELA 06
CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS PARA O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

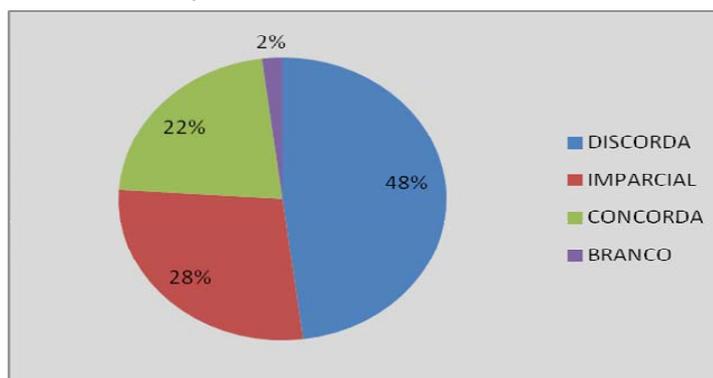
CARACTERÍSTICAS	QTDE
QUALIDADES PROFISSIONAIS	41%
QUALIDADES HUMANAS	29%
QUALIFICAÇÃO	17%
VALORIZAÇÃO	5%
CONSCIENTIZAÇÃO DO EMPREGADOR	3%
RECONHECIMENTO	2%
CRIAÇÃO DO CONSELHO	1%
FISCALIZAÇÃO	1%
ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA	1%

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Conforme pode ser observado, 41% dos entrevistados apontaram que qualidades profissionais como: organização, autonomia, comunicação, dinamismo são elementos imprescindíveis para a essencialidade do (a) secretário (a). As qualidades humanas também foram citadas por 29%, cabendo destaque à responsabilidade, lealdade e ética. Ocorre que tais características são essenciais a qualquer profissional, independente da função/cargo. Neste sentido, Roberto Gato – Bel. em Secretariado Executivo (Turma 1991) exemplifica melhor essa questão: “ [...] ética não é virtude, é obrigação de todo mundo, tu tem [SIC] que ter ética na tua profissão [...] A ética ela permeia a vida do ser humano, se nós não tivermos ética, que diabo de vida nós vamos ter? No vale tudo? Todo mundo pode fazer o que quer?”. Assim, não foi possível obter uma resposta satisfatória que possibilitasse inferir que características e/ou perfil torna o Secretário Executivo essencial em uma organização.

Em outro aspecto, observou-se que há muitos profissionais atuando como secretários sem a devida formação. Isto se deve ao fato de os Executivos desconhecerem as competências e habilidades do Secretário Executivo, assim como, a lei que rege a categoria e, desta forma, contratam pessoas sem a devida qualificação visando, principalmente, a redução de custos. De acordo com o gráfico 04, os entrevistados posicionaram-se da seguinte forma:

GRÁFICO 04
SUBSTITUIÇÃO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Cerca de 48% posicionaram-se contra a substituição, especialmente pela desvalorização que isso acarreta ao profissional. De acordo com Cleide do Socorro Moraes, Secretária Executiva da UNIFAP: “Infelizmente há profissionais que não estão capacitados para exercer essas funções, e aqui em Macapá percebemos muito isso, a profissão foi banalizada, em outros estados [SIC] existe essa valorização, mas enquanto os gestores terem essa concepção de que o Secretário Executivo é aquele que só serve cafezinho, o preconceito vai continuar”, assegura.

Por outro lado, 28% demonstraram imparcialidade, pois afirmam que a situação é uma questão cultural e política vivenciada não apenas no Estado, mas em todo o país, e que somente poderá ser atenuada através da organização da categoria e desenvolvimento do mercado local. Sobre o assunto, Wanja da Silva complementa:

Infelizmente, enquanto existir essa questão política, será dessa forma. Acredito que a situação poderá melhorar quando for criado e aprovado um projeto que diga que os cargos de Secretários Executivos devem ser ocupados somente por graduados e assim far-se-á a abertura de concurso (Wanja Corrêa da Silva, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 2001).

É válido ressaltar, ainda, que 22% dos entrevistados concordam com a substituição, alegando que a competência e a experiência de determinado profissional, suprime a formação específica, conforme expõe Iara Aparecida – Assessora de Diretoria da AMPREV:

Quando falamos de profissionais específicos como médicos, advogados, etc, é uma temeridade e ilegalidade, mas no âmbito administrativo, em alguns casos, a experiência aliada a agregação do conhecimento pode sim substituir a formação ou a graduação (Iara Aparecida Vieira Santos, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 1992).

Percebe-se, deste modo, que a pergunta anterior esclarece o posicionamento dos entrevistados, uma vez que, os profissionais citam características exigidas em qualquer profissão como essenciais para o Secretário Executivo, logo, qualquer profissional poderia substituí-lo, pois de acordo com Luciana do Socorro, Secretária Executiva do SESI/AP:

Formação acadêmica nem sempre significa competência, assim como, não impede o desenvolvimento de atividades distintas. Do mesmo modo, a falta da diplomação não significa, obrigatoriamente, incapacidade em desempenhar determinada função. Tudo dependerá do empenho do indivíduo e da oportunidade de capacitação (Luciana do Socorro Dias Nunes, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 2004).

Todavia, a substituição poderia ser atenuada se ações e/ou medidas fossem tomadas em prol da profissão, como as que foram propostas pelos entrevistados na tabela 07 abaixo:

TABELA 07
AÇÕES PARA MAIOR VALORIZAÇÃO DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

AÇÕES DA CATEGORIA	37%
AÇÕES DA INICIATIVA PRIVADA	21%
AÇÕES DO ESTADO	17%
AÇÕES DO PROFISSIONAL	16%
VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO	3%
INVESTIMENTO NA ÁREA	2%
RECONHECIMENTO	2%
OPORTUNIDADE	1%
VALORIZAÇÃO DO CURSO	1%

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Conforme pode ser observado, 37% dos entrevistados destacaram ser de suma importância que haja uma maior conscientização e mobilização da categoria, por meio de uma liderança que se organize e lute pela reativação do Sindicato e até mesmo, a criação de um Conselho que represente, reivindique e assegure os direitos que há muito tempo foram adquiridos, mas que infelizmente não prevalecem.

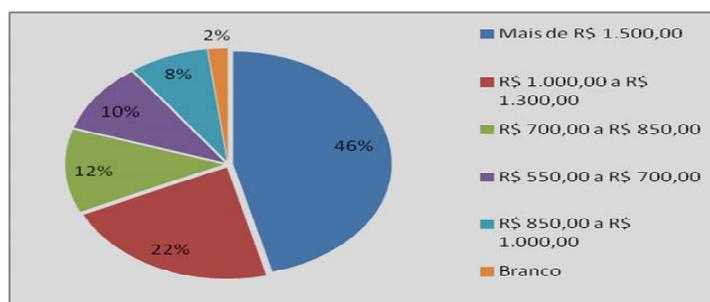
As ações da iniciativa privada, correspondente a 21%, também foram apontadas como mecanismos para a valorização do profissional, entre as quais destaca-se o reconhecimento e a conscientização por parte dos gestores. Do mesmo modo, 17% atribuíram ao Estado, o comprometimento em fomentar o desenvolvimento do mercado para esta profissão, através da realização de concursos públicos direcionados a função e fiscalização por meio de órgãos competentes, como reitera Mirabele Picanço Corrêa, Bel. em Secretariado Executivo: “Acredito que deve ser criado concursos públicos no Estado do Amapá, especificamente para recrutamento desse profissional, que como qualquer outro profissional precisa de fonte de trabalho estável e reconhecido pela sociedade”.

Entre as ações do profissional, que representou 16%, a autovalorização foi indicada como um dos princípios que cada profissional deve adotar em seu ambiente de trabalho, visando agrega valor à profissão, conforme expõe Luciane da Silva Barbosa, Secretária do SESI/AP: “[...] devido à banalização do uso da denominação Secretária acabamos sendo vistas como profissionais de menor importância [...] Cabe a nós profissionais da área retomarmos sua importância e demonstrarmos nosso valor através do comprometimento com as funções e o aperfeiçoamento profissional [...]”.

3.2.3 Remuneração dos profissionais de Secretariado

Nas organizações, as remunerações são comumente atribuídas de acordo com as responsabilidades e grau de influência que cada profissional exerce em determinada atividade e/ou meta da empresa. Especificamente, no município de Macapá, o piso salarial para a profissão não é definido, ocasionando certas distorções quanto aos valores oferecidos aos profissionais de Secretariado, conforme apresenta o gráfico 05 abaixo:

GRÁFICO 05
REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO

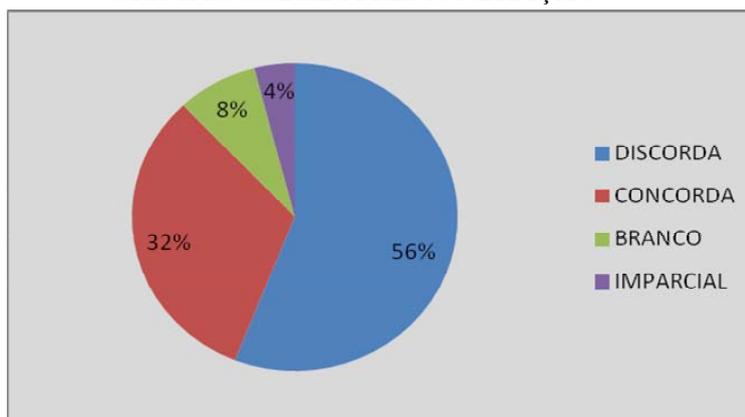


Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Percebe-se, que 46% dos Secretários possuem remuneração estimada a partir de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), entretanto, estes estão inseridos em repartições públicas, cujo valor é referente à média salarial de um cargo ou contrato administrativo. Há profissionais ainda, em que suas remunerações equivalem entre R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a 1.300,00 (hum mil e trezentos e reais), correspondendo a 22%, na qual, em sua maioria, são oriundos de organizações privadas de médio porte. Outros 12%, recebem de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), na qual estão alocados em microempresas.

Deste modo, o gráfico 06, abaixo, evidencia o nível de satisfação remunerativa dos profissionais de Secretariado, delineando suas opiniões em relação à faixa salarial que lhes são atribuídas:

GRÁFICO 06
OPINIÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Pode-se constatar que a maioria dos entrevistados estão insatisfeitos com o salário recebido, especialmente, os que atuam em organizações privadas, cujo reconhecimento é ainda menor, sobretudo, pelo acúmulo de tarefas e grau de responsabilidade assumida na função. De acordo com Mirabele Picanço:

[...] O trabalho que o Secretário desempenha atualmente dentro de uma empresa, faz com que ele adquira um nível de informação maior que outros escalões dentro da estrutura empresarial [...] Na verdade o Diretor Executivo é administrado pelo profissional Secretário Executivo, e portanto, acho necessário que o mesmo seja remunerado tão bem, como outro profissional [...] (Mirabele Picanço Corrêa, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 2003).

É importante ressaltar, que uma remuneração pouco atrativa, afeta diretamente a produtividade do profissional, uma vez que, a motivação e o reconhecimento são pontos

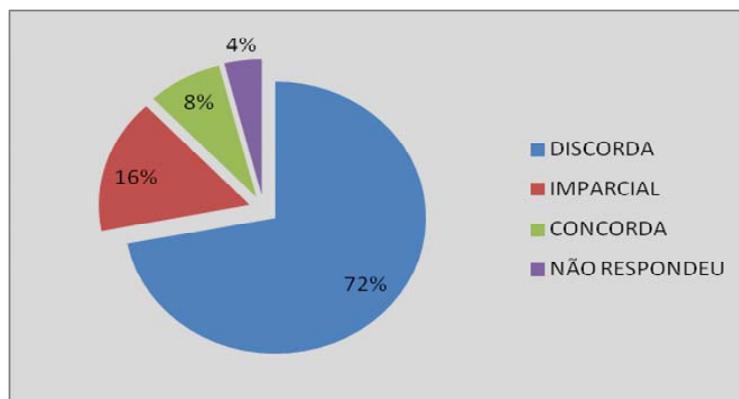
fundamentais que possibilitam um melhor desempenho no ambiente de trabalho e, por conseguinte, o alcance de objetivos e metas empresariais.

3.2.4 O curso de Secretariado Executivo na UNIFAP

A graduação em Secretariado Executivo integra o rol de cursos ofertados pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP desde a sua fundação, há mais de 20 anos. Entretanto, hoje, a possibilidade de sua extinção é cogitada no meio institucional, principalmente por ser desacreditado e desvalorizado no mercado de trabalho do município.

Sobre essa problemática os entrevistados posicionaram-se da seguinte forma:

GRÁFICO 07
EXTINÇÃO DO CURSO NA UNIFAP



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

De acordo com a opinião de 72% dos profissionais o curso não deve ser extinto, principalmente por se tratar de uma graduação diversificada, que possibilita aos acadêmicos atuarem nas mais diversas áreas. Todavia, é necessário que haja investimentos da Instituição não somente relacionados à infraestrutura quanto à qualidade do ensino oferecido, conforme assevera Natiara Seabra, Bel. em Secretariado Executivo, Agente Administrativo da FECOMERCIO/AP: “[...] A qualidade do curso hoje oferecida a esses acadêmicos não é condizente com o mercado de trabalho que os mesmos encontrarão ao se formarem [...] A educação deve ser levada a sério pela universidade [...]”, afirma. Porém, para que isso ocorra, é necessário que a Universidade adote algumas medidas, como elucida Suzi Baia:

[...] Acho que eles colocaram o curso e esqueceram de investir, então tipo assim, se tivesse lá um investimento, imagino que o curso seria mais valorizado [...] A própria Instituição, porque assim, se ela investisse, oferecesse ao Estado um profissional bem qualificado, eu não vou dizer moderno [...] Com um diferencial. Qualquer empresa iria querer contratar, aí tu pagar 200, 300 reais a mais do que pra alguém de ensino médio, mas alguém que vai fazer isso, isso, isso que aquela pessoa não vai fazer, isso é o que não acontece [...] Então, assim, o que faltou foi isso, caiu no esquecimento [...] Falta modelar, falta investir, não é “ah, vamos extinguir o curso”, precisa desse profissional? Precisa e como precisa (Suzi Baia, Auxiliar jurídica da empresa Altair Pereira Imóveis, Bel. em Direito).

Por outro lado, 16% demonstraram-se imparciais quanto à problemática exposta, tendo em vista que não expressaram sua opinião de forma clara, apenas apresentaram sugestões, caso o curso continue sendo ofertado. Já para 8% dos profissionais, a graduação deve ser extinta, pois, apesar da abrangência, não há muitas oportunidades para os que se formam, conforme Wanja Corrêa avalia:

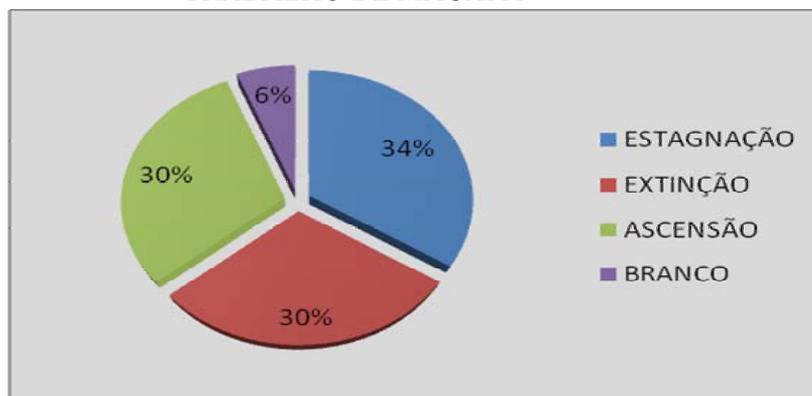
Se o Estado (Governo) continuar não valorizando a classe é melhor que seja extinto, pois no Estado não existem empresas (muitas) que possam englobar o grande número de profissionais competentes formados na área. E ainda, quando são abertos concursos, quando são destinadas vagas a esta categoria é em número mínimo, desestimulando os profissionais formados. Fazendo com que muitos deles procurem um [SIC] 2º graduação (Wanja Corrêa da Silva, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 2001).

Além disso, o fato de o município possuir um mercado pouco desenvolvido e de a legislação não ser colocada em prática, beneficia a preenchimento do cargo por profissionais sem formação, ocasionando o debate dentro da Universidade quanto a possibilidade da retirada do curso.

3.2.5 A profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho de Macapá

Tendo como princípio norteador deste trabalho a não exigência da formação específica para o exercício da profissão no mercado de trabalho de Macapá, é apresentada, no gráfico 08 abaixo, a análise de maior relevância à pesquisa, sobretudo, por representar a opinião dos profissionais sobre a real conjuntura do Secretário Executivo nas organizações do município.

GRÁFICO 08
SITUAÇÃO DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO MO MERCADO DE
TRABALHO DE MACAPÁ



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Percebe-se que 34% dos entrevistados acreditam que a profissão não está em extinção nem em ascensão, mas, estagnada. Uma das principais observações feitas pelos profissionais é a de que não houve uma significativa mudança no mercado que possibilitasse maiores oportunidades a esta carreira, além disso, infelizmente o Estado não possui empresas de grande porte para absorver os Secretários Executivos.

Conforme pode ser observado ainda, houve uma equiparação entre a possibilidade de extinção e ascensão, na qual ambos obtiveram 30% das respostas. Para Natiara Seabra:

Não vejo que o profissional local estaria enquadrado nas estatísticas negativas apresentadas, verifico grande potencialidade dos profissionais que estão preparados devidamente para exercer a função. A realidade profissional mundial também deve estar inserida nos profissionais existentes, pois o mercado de trabalho muda o tempo todo e exige perfis diferentes de profissionais, necessitando os profissionais existentes estarem preparados para estas mudanças (Natiara S. da Silva, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 2004).

Entretanto, a possibilidade de extinção é bem grande, uma vez que as oportunidades existem, mas, a maioria é preenchida por profissionais de outras áreas. A carência de grandes empresas e indústrias no município também contribui, demasiadamente, para que a profissão não evolua. Segundo Mirabele Corrêa:

Acredito que no Estado do Amapá o profissional de Secretariado Executivo está em extinção, visto que a própria Universidade federal [SIC] do Amapá

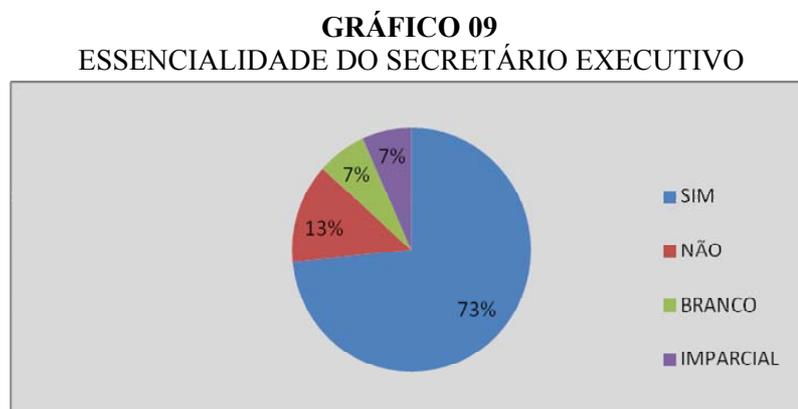
aponta a possibilidade de excluir o curso e substituí-lo para Administração, e a própria realidade do Estado afirma tal situação, visto que em nosso município não tem grandes empresa [SIC] e o próprio governo do Estado nunca abriu um concurso para recrutar esse profissional (Mirabele Picanço Corrêa, Bel. em Secretariado Executivo, Turma 2003).

Deste modo, pôde-se verificar que há um certo nivelamento de opiniões, entre os profissionais, quanto à atual conjuntura do Secretário Executivo no mercado de trabalho delimitado, uma vez que, a sua maioria, compreende que as dificuldades de inserção no município é um fator que contribui para situação hoje vivenciada.

3.3 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EXECUTIVOS

3.3.1 O profissional de Secretariado nas organizações

Do mesmo modo como foi relevante coletar informações diretamente dos próprios Secretários, fez-se necessário também averiguar que visão os Executivos possuem de tais profissionais. Neste sentido, foi indagado a cada gestor se a presença de um Secretário Executivo é essencial dentro de uma organização, sendo obtidas as seguintes respostas:

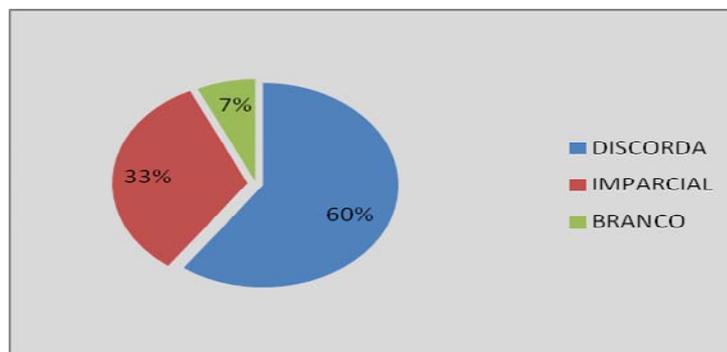


Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Percebe-se que 73% dos Executivos responderam que os Secretários são essenciais, principalmente por representarem a base da estrutura organizacional, através da coordenação e/ou controle dos processos administrativos, fluxo de informações e no alcance dos objetivos. Entretanto, o que pode ser observado na prática, é que a grande maioria, por questão cultural, política ou lucrativa, prefere contratar profissionais sem

formação ou mesmo sem conhecimento para atuarem na área. Sobre o assunto, os Executivos posicionaram-se de acordo com o gráfico 10 abaixo:

GRÁFICO 10
OCUPAÇÃO DE CARGOS SEM FORMAÇÃO ESPECÍFICA



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

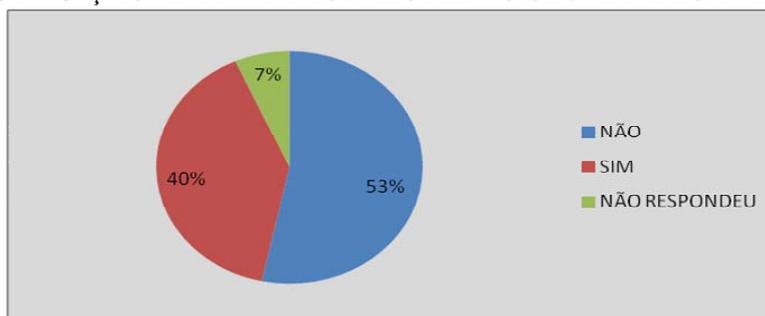
Constata-se que 60% dos entrevistados, não concordam com a substituição, afirmando que profissionais de outras áreas não possuem o conhecimento necessário para exercerem tais funções, conforme expõe Ana Quadros da Silva - Diretora do SEST/SENAT do Amapá:

Na verdade, parece que os secretários são colocados na função não por formação, mas por confiança do chefe. Não concordo com essa postura, pois o profissional qualificado é muito mais eficiente na função de secretariado, do que um outro profissional que ‘aprende’ na prática [...] Infelizmente no Brasil é comum a substituição de profissionais qualificados em algumas funções. Ex: Administrador, secretários, Contador. Muitos são substituídos por programas de informática como é o caso do Contador. O pior é que a lei permite essas trocas, daí temos a desvalorização de vários tipos de profissionais (Ana Quadros, Diretora).

Contudo, verifica-se que apesar de a maioria dos Executivos se posicionarem contrários, essa problemática está presente em grande parte das organizações do município, afetando diretamente a colocação dos Secretários Executivos no mercado de trabalho. Para o empresário Eliezir Viterbino - Sócio-Administrador da empresa Maranata Tintas e Construções - a situação é decorrente de um problema cultural e estrutural: “Culturais porque muitos desejam apenas obter um cargo. Estruturais porque se for contra a política, acaba sendo excluído”.

O gráfico 11, apresenta a opinião dos Executivos sobre as implicações decorrentes dessa substituição:

GRÁFICO 11
A SUBSTITUIÇÃO AFETA E DESVALORIZA O SECRETÁRIO EXECUTIVO?

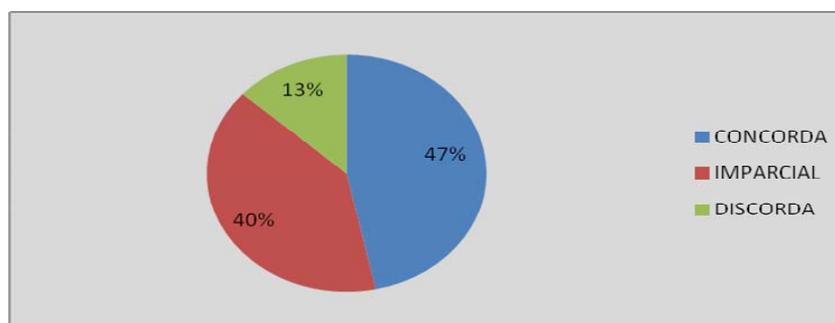


Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Conforme pode ser observado, 53% dos Executivos afirmam que a substituição não afeta a presença dos Secretários Executivos no mercado de trabalho, alegando que a valorização ocorre em detrimento do desempenho de cada profissional, independente de área ou formação, como declara Carlos Luís P. Marques - Gerente da Rádio Difusora de Macapá: “Acredito que a valorização acontece em consequência da eficácia do serviço prestado”, afirma o gestor.

Deste modo, pode-se inferir que o Secretário Executivo, pela diversidade de áreas englobadas em sua profissão, deve desenvolver constantemente habilidades que o diferencie dos demais profissionais. Quando questionados sobre o assunto, os Executivos expressaram as seguintes opiniões:

GRÁFICO 12
O SECRETÁRIO EXECUTIVO POSSUI UM DIFERENCIAL?



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

O gráfico 12 demonstra que apenas 47% dos entrevistados acreditam que os Secretários Executivos possuem um diferencial, uma vez que estes profissionais atuam estrategicamente e contribuem no desenvolvimento e êxito da organização. Entretanto, nota-se ainda que um número significativo de Executivos, correspondente a 40%,

afirma que esta diferenciação é algo inerente de cada pessoa, independente de sua formação, ou seja, é resultado da competência do profissional em seu local de trabalho, como contribui Cirilo Simões Filho - Vice-diretor da Faculdade SEAMA: “Cada indivíduo, independentemente da sua profissão, precisa encontrar diferenciações. Isto é uma questão de sobrevivência e não tem ligação com um curso específico”, complementa.

Para tanto, é fundamental que se adote um diferencial que possa ser implementado, de modo que a profissão não se torne obsoleta ou facilmente substituível, pois de acordo com Márcio Avello, sócio-diretor da empresa ASSISTEC - Consultoria & Projetos:

Não é que ele possa ser substituído por outro profissional de outra área, o que acontece que em outras profissões além das habilidades específicas de sua área, também contempla as habilidades deste profissional [...] Deve-se criar habilidades e atribuições a esta profissão para que este profissional seja indispensável para o funcionamento de uma empresa (Marcio Avello Pinheiro, Administrador de empresas).

Não obstante, é observado que o Secretário Executivo vem sendo desvalorizado não somente por alguns gestores, mas também, pela própria Universidade que disponibiliza o curso, refletindo negativamente na motivação de acadêmicos e profissionais, que se encontram cada vez menos entusiasmados a investirem na carreira. Deste modo, foi questionado aos Executivos sobre que medidas e/ou iniciativas devem ser adotadas para que a profissão seja mais valorizada no mercado de trabalho de Macapá, as quais são apresentadas na tabela 08 a seguir:

TABELA 08
AÇÕES PARA MAIOR VALORIZAÇÃO DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA	35%
DIVULGAÇÃO DA PROFISSÃO	25%
ENCONTROS DE ATUALIZAÇÃO	10%
INCENTIVO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	10%
AUTOVALORIZAÇÃO	5%
PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS	5%
CONCURSO PÚBLICO	5%
OUTROS	5%

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Várias medidas foram indicadas como mecanismos que possibilitariam um maior reconhecimento do profissional, entretanto, a que obteve relativo destaque, equivalendo a 35%, direcionou-se a Organização da categoria, através da reativação do Sindicato e da criação de um Conselho. A divulgação, também foi apontada por 25% dos entrevistados, como elemento importante para a valorização do Secretário Executivo, uma vez que a maioria dos empresários desconhece a lei de regulamentação da profissão e suas referidas atribuições. Neste sentido, Eliezir Viterbino questiona:

Já se tentou informar as organizações? Quais são as funções normais de um secretário e quais as ações multifuncionais que o mesmo pode fazer? Será que a imagem que se tem é a não necessidade de alguém que somente faz o que pedem ou que toma conta apenas de agendas? Isto tudo vem da pouca informação que as empresas tem. Pode se comparar esta questão com outra função: o que mesmo o administrador faz? Muita gente não sabe. O que penso é que os profissionais devem se organizar, praticar esta formação porque gostam e buscar competência com iniciativa e a multi-funcionalidade [SIC], trazendo melhores resultados para as organizações (Eliezir Viterbino da Silva, Administrador de empresas).

Por outro lado, Carlos Oswaldo Penha - Gerente de Relações da Amapá Florestal e Celulose S. A - AMCEL⁸ salienta que não há desvalorização do profissional, o que existe são poucas oportunidades nesta área: “[...] é preciso desenvolver o mercado, ou seja, novas indústrias, comércios e serviços que absorva [SIC] esta mão de obra [SIC] gerando [SIC] a competitividade”, explica.

Deste modo, considerando as informações obtidas através da tabela 08 e, principalmente, em decorrência da falta de conhecimento a respeito da profissão, fez-se necessário questionar, aos Executivos, o que seria imprescindível para que esses profissionais pudessem tornar-se essenciais nas organizações, cujas respostas estão delineadas na tabela 09 abaixo:

⁸ Empresa de reflorestamento e produtos de madeira cultivada, que atua no Estado do Amapá desde 1976 e instalada no município de Santana. Apesar de não estar inserida dentro do mercado de trabalho do município de Macapá, foi visitada por representar uma das poucas empresas de porte internacional que apresenta um ambiente corporativo mais desenvolvido, o qual o Secretário Executivo está integrado.

TABELA 09
CARACTERÍSTICAS IMPRESCINDÍVEIS PARA OS SECRETÁRIOS
EXECUTIVOS

QUALIDADES HUMANAS	35%
QUALIDADES PROFISSIONAIS	32%
QUALIFICAÇÃO	22%
GESTÃO	5%
DIVULGAÇÃO DA PROFISSÃO	3%
CRIAÇÃO DO CONSELHO/ REATIVAÇÃO DO SINDICATO	3%

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Percebe-se que 35% dos Executivos destacaram que as qualidades humanas (iniciativa, ética, dedicação, honestidade) são fundamentais para que o Secretário Executivo seja um dos profissionais mais importantes dentro da organização. Do mesmo modo, 32% apontaram que qualidades profissionais como: organização, competência e comunicação também são fatores que contribuem para a sua essencialidade.

Sabe-se que o avanço tecnológico exige do Secretário uma constante atualização e busca de conhecimentos necessários para que este se torne requisitado, uma vez que, apenas sobrevivem no mercado de trabalho, aqueles que adquirem e desenvolvem habilidades e competências constantemente. Entretanto, é importante ressaltar que as características mencionadas pelos Executivos são requisitos indispensáveis não somente ao Secretário Executivo, mas a todo e qualquer profissional, independente do campo de atuação.

3.3.2 Remuneração dos profissionais de Secretariado

A remuneração atribuída a um profissional, geralmente é consequência do conhecimento, experiência, formação e competência que este oferece em seu trabalho. Porém, percebe-se que diversas organizações, principalmente privadas, por questão lucrativa ou até mesmo de mercado ou região, estabelecem o piso salarial de acordo com suas necessidades e interesse.

Assim, foi de suma importância indagar aos Executivos que remuneração está sendo oferecida ao profissional de Secretariado, assim como, se o valor concedido é

condizente com as responsabilidades da profissão. Sobre esta questão foram obtidas as seguintes respostas, apresentadas na tabela 10:

TABELA 10
REMUNERAÇÃO OFERECIDA AO PROFISSIONAL

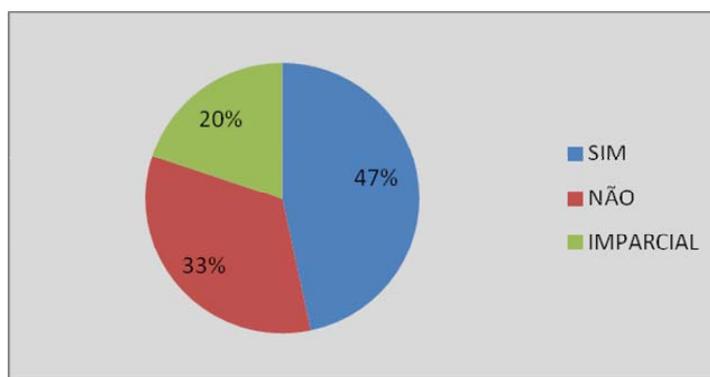
VALOR	QTDE
Mais de R\$ 1500,00	40 %
R\$ 1000,00 a R\$ 1300,00	27 %
R\$ 850,00 a R\$ 1000,00	13 %
R\$ 550,00 a R\$ 700,00	7 %
R\$ 700,00 a R\$ 850,00	7 %
R\$ 400,00 a R\$ 550,00	6 %

Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Para 40% dos Executivos a remuneração oferecida ao Secretário (a) equivale a aproximadamente, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). Porém, é necessário destacar, que estes profissionais, como discutido anteriormente, estão inseridos no setor público, na qual cargos e salários já são pré-estabelecidos. Vale ressaltar ainda, que apesar de representarem apenas 6%, a faixa salarial entre R\$ 400,00 a R\$ 550,00 corresponde aos valores concedidos em empresas privadas, cujas remunerações atribuídas ao profissional são significativamente insatisfatórias.

O gráfico 13 representa o posicionamento dos Executivos quanto a questão abordada:

GRÁFICO 13
OPINIÃO DOS EXECUTIVOS SOBRE A REMUNERAÇÃO



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

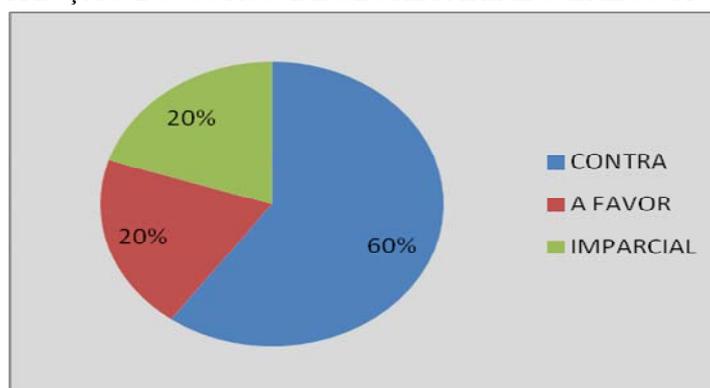
Para 47% dos Executivos, a média salarial oferecida ao Secretário é condizente com as suas atribuições, uma vez que as empresas seguem uma tabela de cargos e

salários pré-definidos. Porém, constatou-se que os entrevistados, em sua maioria, consideraram apenas os interesses da organização e não as responsabilidades, formação e qualificação do Secretário Executivo.

3.3.3 Extinção do curso de Secretariado Executivo

A extinção do curso de Secretariado Executivo da UNIFAP foi um dos assuntos mais discutidos em 2010 dentro da Instituição, onde foram debatidas questões de suma importância para o destino da profissão. Deste modo, foi relevante buscar o posicionamento de cada Executivo acerca desta problemática, conforme apresenta o gráfico 14:

GRÁFICO 14
EXTINÇÃO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Com um percentual de 60%, os Executivos acreditam que a graduação não deveria ser extinta, justificando que através do crescimento e o estabelecimento de empresas no município, novas oportunidades poderão surgir aos profissionais de Secretariado Executivo, principalmente pela diversidade do curso e interligação com as necessidades do mercado. Entretanto, muitos afirmam que deveria haver maior valorização e investimento por parte da Instituição de Ensino.

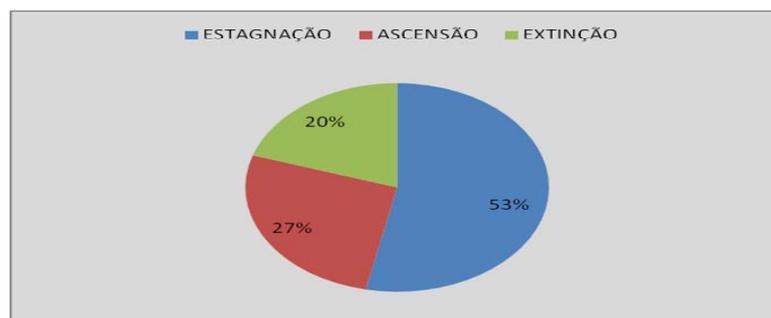
Por outro lado, 20% dos Executivos concordam com a extinção, tendo em vista que a graduação não é compatível com as necessidades do município de Macapá. De acordo com a opinião de Márcio Avello, o curso “deve ser extinto pois os cursos devem ser voltados a necessidade de mão-de-obra do Estado do Amapá. E como o Estado não tem grandes empresas voltadas para a área da indústria e comércio, este profissional encontra muitas dificuldades de colocar-se no mercado de trabalho”, afirma.

3.3.4 A profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho de Macapá

Conforme estudado no capítulo anterior, o município de Macapá, por suas características econômico-sociais, apresenta um mercado de trabalho de poucas alternativas para o contingente de profissionais disponíveis, especialmente, aos Secretários Executivos. Muitos, mesmo após concluírem o curso, não encontram oportunidades que possibilite sua inserção no mercado, principalmente pela falta de incentivo e apoio governamental.

O gráfico 15 focaliza o principal objetivo da realização deste trabalho: a atual conjuntura da profissão de Secretário Executivo no mercado de trabalho do município. Quando questionados sobre o assunto, os Executivos das organizações de Macapá responderam da seguinte forma:

GRÁFICO 15
SITUAÇÃO DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO
NO MERCADO DE TRABALHO DE MACAPÁ



Fonte: Pesquisa de Campo, Macapá – AP, Janeiro/2010 – Janeiro/2011.

Para 53% dos entrevistados a profissão de Secretário Executivo no município de Macapá encontra-se estagnada, isto é, como não existe divulgação e tampouco, nenhuma movimentação da categoria, o profissional continua despercebido em muitas organizações. Mas, acrescentam que o mercado de trabalho local possui grande potencial e, conseqüentemente, ampliará as oportunidades de atuação nesta área.

Não obstante, cerca de 27% afirmaram que o Secretário Executivo está em ascensão, uma vez que “sempre haverá oportunidades para o bom profissional” e o Estado, ainda em desenvolvimento, conseguirá absorvê-los gradativamente. Contudo para 20% dos Executivos, a profissão encontra-se em extinção, pois não existe a necessidade de formação específica para atuar nesta área, além disso, o número insuficiente de empresas atualmente no mercado não permite o crescimento desses profissionais nesta carreira.

3.4 O FUTURO DA PROFISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO NO MERCADO DE TRABALHO DE MACAPÁ

As peculiaridades econômicas do município direcionam o setor público como maior agente de inserção profissional, de modo específico: os Secretários Executivos. Entretanto, mesmo com esta evidência, é necessário ressaltar que grande parte é proveniente de contratos administrativos que se caracterizam, principalmente, pela instabilidade, na qual cargos e salários são pré-estabelecidos. O número reduzido de empresas e/ou indústrias contribui para que o Estado continue predominante no mercado de trabalho local, ocasionando a recolocação dos profissionais de Secretariado Executivos em outras funções.

É válido ressaltar que, apesar do lento desenvolvimento do município, o curso permaneceu inerte, pois até hoje a profissão não é reconhecida, isto é, o Secretário Executivo ainda é um “corpo estranho” para o mercado de trabalho local. A graduação não é exigida para o exercício profissional, pois não é visto um diferencial que torne os Bacharéis em Secretariado essenciais, além disso, em muitos casos o curso nem mesmo é conhecido. Isto tudo é consequência da falta de investimentos e divulgação, tanto por parte da Universidade, quanto da própria categoria que não se organiza.

Se o mercado de trabalho de Macapá permanecer estável, é provável que as oportunidades de carreira na área sejam mínimas, pois, a tendência é que o profissional continue a ser considerado como membro apenas de apoio e secundário, refletindo em remunerações cada vez mais baixas e com dificuldades de inserção.

Percebe-se, deste modo, que o futuro da profissão está atrelado ao mercado local, isto é, sua ascensão depende diretamente do desenvolvimento econômico-social do município, tendo em vista que o profissional ainda não conseguiu configurar-se como um legítimo Secretário Executivo, no que tange às suas verdadeiras atribuições, como ocorre em outros países e em regiões mais desenvolvidas da Federação. É necessário, de início, que o mercado de trabalho de Macapá cresça significativamente e, desta forma, possibilite maiores oportunidades, através do estabelecimento de novas empresas, indústrias e, até mesmo, multinacionais, para que, o Secretário Executivo seja reconhecido e exerça verdadeiramente sua função.

Desta forma, pode-se afirmar que a profissão está estagnada, uma vez que não houve uma significativa mudança no mercado de trabalho de Macapá, sobretudo, por ainda estar em desenvolvimento, isso reflete as dificuldades quanto à inserção do Secretário Executivo. Por tudo, pode-se deduzir que a implantação do curso foi de certa forma, equivocada, especialmente por não ter sido realizada uma análise de mercado, no que concerne às demandas, necessidades e realidade do município na época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o profissional de Secretariado no mercado de trabalho de Macapá, identificando se a formação específica é essencial para o exercício da profissão nas organizações do município. No entanto, para que pudessemos constatar a veracidade das premissas apresentadas inicialmente, foi necessário a realização de uma breve abordagem, tanto em relação a historicidade do Secretário Executivo, quanto às complexidades do mercado mundial e local.

Foi possível perceber que o mercado de trabalho sofreu demasiadas transformações, que refletiram significativamente em novas estruturas empresariais, provocando um cenário mercadológico competitivo e exigente quanto ao nível de qualificação e comprometimento de seus colaboradores. Todavia, essas mudanças não significaram maiores/melhores oportunidades, uma vez que vêm ocasionando relações de exploração cada vez mais intensas no trabalho. Porém, as regras são ditadas pelo mercado e somente é aproveitado o profissional que acompanha esse processo, adaptando-se às novas alterações impostas pelo sistema.

Nesse sentido, o Secretário Executivo por ser um profissional de variadas competências e habilidades, possui um amplo mercado de trabalho, haja vista que seu papel vai além das rotinas operacionais, que permite sua atuação nas mais diversas áreas e setores da empresa, sendo o elo intermediador e facilitador dos fluxos de processos e pessoas. Entretanto, essa constatação não é condizente com a realidade do mercado local.

Apesar do estabelecimento de um novo cenário econômico mundial, o mercado de trabalho de Macapá permaneceu por bastante tempo inalterado, apresentando poucas mudanças em suas estruturas políticas, administrativas e empresariais. Um dos problemas mais evidentes está relacionado à ausência de políticas públicas voltadas para a valorização do trabalho como atividade geradora de renda. Além disso, a falta de empreendedorismo da população, que, culturalmente vislumbra somente no concurso público, a oportunidade de inserção e carreira profissional, dificulta o desenvolvimento e progresso do município.

Especificamente aos Secretários Executivos, o mercado de trabalho local, apresenta dificuldades quanto a sua colocação, pois no setor estatal, apesar de as organizações necessitarem desta função, o cargo geralmente é preenchido por outros profissionais, cuja indicação é baseada em questões políticas. Já no setor privado, o pouco conhecimento dos gestores quanto às verdadeiras atribuições de um Secretário Executivo, além do capitalismo presente, também interfere na sua evolução.

Entretanto, é válido ressaltar que o mesmo não ocorre em outras áreas, como direito, contabilidade, engenharia, medicina, cujos profissionais jamais poderão ser substituídos em sua plenitude, nos permitindo inferir que não existe uma atividade e/ou função específica que somente o Bacharel em Secretariado Executivo possa executar, uma vez que esta é composta por outras ciências, traduzindo-se em uma profissão sem um campo científico que a torne única e essencial no mercado de trabalho.

Desta forma, foi fundamental a realização da pesquisa de campo, através da qual, obtiveram-se informações concretas de Secretários e Executivos a respeito da profissão, além da oportunidade de constatar, na prática, a realidade diária deste profissional. É interessante destacar, ainda, a importância da pesquisa presencial, no que tange à troca de informações e compartilhamento de idéias, as quais muito enriqueceram este trabalho. Contudo, faz-se necessário salientar as dificuldades perpassadas, tanto em relação ao acesso/obtenção de obras relacionadas ao mercado de trabalho do município, quanto em relação ao comprometimento dos entrevistados, concernentes à colaboração e responsabilidade no fornecimento de informações que viabilizasse a concretização desta pesquisa.

Neste sentido, a diferenciação no perfil dos entrevistados foi bastante perceptível. Assim, foi possível apreender a relevância do curso, principalmente no que tange à postura, segurança e domínio, tanto em relação ao ambiente de trabalho, quanto no relacionamento interpessoal (atendimento ao público). Outro dado interessante foi o fato de muitos Bacharéis em Secretariado terem sentido a necessidade de cursarem outra graduação, para alcançarem uma maior estabilidade profissional e/ou financeira, a qual exercem atualmente. Entretanto, mesmo não obtendo êxito como Secretário Executivo, foi notável a esperança dos entrevistados quanto ao desenvolvimento do mercado local, tendo em vista que muitos atribuíram o insucesso da profissão ao reduzido número de oportunidades, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada.

Além disso, observou-se que um número significativo de Executivos não considerou a realidade do mercado de trabalho local, em que pese suas questões políticas e econômicas, haja vista que apenas analisaram a profissão somente em seus aspectos teóricos, pois na prática, não priorizam a formação específica para este profissional.

Ao término da pesquisa concluiu-se que a hipótese inicialmente sustentada foi efetivamente comprovada, isto é, o Bacharel em Secretariado Executivo não está sendo essencial nas organizações públicas e/ou privadas do município de Macapá, tendo em vista que a formação específica não é exigida para o exercício da profissão.

É necessário que a categoria se mobilize, de modo que possam promover a divulgação do Secretário Executivo no meio social. Entretanto, é imprescindível que esta organização seja feita de forma consciente e adequada, para que possibilite um maior reconhecimento e melhor qualidade técnico-acadêmica.

A reativação do Sindicato e a implantação de um Conselho são fatores primordiais para que a classe possa reivindicar seus direitos. Como medidas iniciais, caberia a exigência do cumprimento da Lei que regulamenta o exercício profissional do Secretário, através da fiscalização dos órgãos competentes no Estado, assim como, a realização de concurso público direcionado especificamente aos Bacharéis em Secretariado.

O Secretário Executivo tem a capacidade de mudar esta realidade, pois, através dos conhecimentos adquiridos na graduação, poderá constituir e administrar eficientemente uma empresa, voltadas em diversas áreas como: eventos, projetos, contabilidade, assessoria e consultoria, gerando, desta forma, maiores oportunidades no município. Caberá aos profissionais fazerem uso de suas habilidades que lhe possibilite adentrar no mercado, buscando uma remuneração compatível com a sua formação.

O curso deve ser repaginado, remodelado, de modo que, atribua ao profissional um diferencial que o torne singular e essencial, haja vista que são as grandes empresas, indústrias e fábricas que necessitam de pessoas com esse grau de formação e o mercado de trabalho do município é constituído principalmente por organizações de pequeno e médio porte. Além disso, os maiores e/ou melhores cargos são preenchidos por pessoas que construíram carreiras dentro da própria empresa ou por grau de parentesco.

Assim, é necessário o estabelecimento de ações concretas que viabilize iminentemente, a abertura do mercado de trabalho do município, promovendo maiores oportunidades aos Secretários Executivos. Todavia, o governo deve assumir seu papel quanto a este fato, não somente nessa área de estudo, mas em outras. Se não houver desenvolvimento do mercado local e fomento ao reconhecimento dessa profissão, que hoje se encontra estagnada, é possível que a mesma futuramente entre em extinção, não por ter atingido seu ápice, mas, sobretudo, por não ter conseguido alcançar seu estágio evolutivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Alves de; BENINCÁ, Dirceu. O trabalho não é mercadoria! Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acesso em: 07 set. 2010.

ALVES, Cleomar Bressane Cruz. **Secretária. Uma profissão em extinção?** Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br>>. Acesso em: 07 set. 2009.

AMAPÁ, Assembléia Legislativa do. **Projeto de Lei nº. 0035, de 22 de agosto de 2006.** 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BORTOLOTTO, Raquel Maria; RINALD, Rúbia Nara. **O ensino superior de Secretariado Executivo na região Sul do Brasil.** Artigo científico. Paraná: UNIOESTE, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em 03 abr. 2009.

BRUNO, Ivone Maria. **O poder de influência do profissional de Secretariado no processo decisório das organizações.** 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Administração). São Paulo: PUC, 2006.

CASTELO, Márcia Janaina. **A formação acadêmica e a atuação profissional do Secretário Executivo.** Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

CHELALA, Charles Achcar. **A magnitude do Estado na socioeconomia amapaense.** Macapá: Publit, 2008.

_____, Charles Achcar. **O Empreendedorismo no Amapá.** Informativo do Instituto INOVAMAPÁ. Macapá: Fórum, p. 03, Dez. 2009.

COSTA, Gilson Lopes; FERREIRA, Simone de Lima; et al. **A formação do profissional de Secretário(a) Executivo (a) em Macapá.** Macapá: UNIFAP, 2001.

FILHO, Ernesto Monteiro; MESQUISTA, André Luiz Amarante. **Tecnologia é essencial para o crescimento econômico-social.** Questão Amazônica. Belém: Nacional Editora e Negócios LTDA, 77 ed., ano XXI, p. 31, set/out/nov. 2003.

GASPARIN, Gabriela. **Veja dez áreas em que faltam profissionais, segundo recrutadores.** Disponível em: <<http://www.g1.globo.com>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

GENARO, Adysa Priscila Malavolta; OLIVEIRA, Edilene C. Weffort Lourenço. **Empregabilidade e a Gestão por Competências da Secretária Executiva**. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

GRION, Laurinda. **A nova Secretária: metacompetente, proativa e dinâmica**. São Paulo: Madras, 2008.

HARGREAVES, Lourdes; ZUANETTI, Rose; LEE, Renato et al. **Qualidade em prestação de serviços**. 2 ed. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005.

LEÃO, Richard Douglas Coelho. **Os camelôs e ambulantes da cidade de Macapá: Contribuições aos estudos sociológicos sobre o mercado informal**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belém: UFPA, 2010.

MACHADO, Fernanda Fonseca; SUPERTI, Eliane. **Atuação do profissional de Secretariado no mercado de trabalho**. Macapá: UNIFAP, 2006. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

MORAIS, Paulo Dias. **Geografia do Amapá**. JM Editora Gráfica, Macapá, 2009.

NEVES, Maria da Conceição de Oliveira. **Introdução ao Secretariado Executivo**. São Paulo: Editorama, 2008.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato da Costa. Amapá: Uma visão pragmática. **O Liberal**, Macapá, 2000, p. 02.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato da Costa; MENEZES, Maria Socorro Xavier de Figueiredo (Orgs.) **AMAPÁ. Guia do Investidor do Amapá**. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração. 3 ed. Macapá, 2007.

O novo desafio da secretária. Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br>>. Acesso em: 07 jan. 2010.

PAES, Papaléo. **AMAPÁ. Sempre Amapá**. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal. Vol. 8. Brasília, 2006.

PEREIRA, Decléoma Lobato. **Macapá e a defesa do Brasil no Norte**. Prefeitura municipal de Macapá. Secretaria de Educação e Cultura. Macapá, 2004.

PEREIRA, Ionara Salete Berti. **Secretária e Executivo: Parceria ou Dependência?** Artigo Científico. Campo Grande: IESF, 2005. Disponível em: <<http://www.elenizia.farnesi.com.br>>. Acesso em: 07 fev. 2009.

PIÑOL, Susana Taulé; CASSIANO, Reinaldo Mesquita. **Secretariado Executivo: Expansão do curso e perfil dos alunos em Rondonópolis/MT.** Artigo científico. Mato Grosso: FAIR/UNIR, 2004. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

PINTO, Joselice. **O papel da competência na formação do profissional.** Disponível em: <<http://www.fadepe.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2010.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **As estratégias recentes de desenvolvimento no Amapá:** Das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1998.

Relatório de impacto ambiental dos projetos florestal e industrial no Amapá - RIMA. Relatório final. Champion Papel e Celulose LTDA; Chamflora Amapá Agroflorestal LTDA. STCP Engenharia de Projetos. Macapá, 1996.

SABINO, Rosimeri Ferraz; MARCHELLI, Paulo Sérgio. **O debate teórico-metodológico no campo do secretariado:** pluralismos e singularidades. Artigo científico. Sergipe: UFS, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

Secretariado. Disponível em: <<http://www.vestibular.brasilecola.com>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

SEIBLITZ, Vera Mattos de Lossio e. **Super Secretária:** O guia para a profissional que quer vencer na vida. São Paulo: Nobel, 1999.

SEICOM. Secretaria do Estado da Indústria Comércio e Mineração. **Amapá:** Construindo uma economia sustentável. Amapaz comunicação e assessoria de comunicação. Macapá, 2001.

SENA, Andréia; CASTRO, Maria Gabriela Sousa; LOPES, Rosaide Rosa de Souza. **A ascensão da carreira de profissionais de Secretariado Executivo a cargos de gestão em Salvador.** Artigo científico. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.dasecretariado.ufba.br>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

SILVA, Antonia Lucia dos Reis da; MATOS, Edna Carvalho de; MONTEIRO, Eweline Mikaely Gomes et al. **As competências do Secretariado Executivo:** Desafios para o mercado de Boa Vista – RR. Artigo científico. Boa Vista: UFRR, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrr.br>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos:** Normas e técnicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SOUZA, Adriano Joacy Reis de. **Os excluídos do trabalho**: um estudo sociológico sobre o trabalho dos ambulantes da cidade de Macapá. Macapá: UNIFAP, 2006.

TAVARES, Alberto Gomes. **Estudo de atividade empresarial**: Comércio varejista de materiais de construção de Macapá. Amapá: SEBRAE, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotec.sebrae.com.br>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

TOMAZ, Etel. **E-empendedor**: O portal do empreendedor digital. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). 2001. 144 f. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Projeto Pedagógico do curso de Secretariado Executivo - PPC/UNIFAP**. Macapá: UNIFAP, 2009.

APÊNDICES

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA 01

ENTREVISTADO: Suzi Baía

IDADE: 26 anos

FORMAÇÃO: Bel. em Direito

FUNÇÃO: Auxiliar Jurídico

EMPRESA: Altair Pereira Imóveis

DATA: 03/12/2010

DURAÇÃO: 10 min. 52 seg.

Obs. A gravação só passou a ser realizada quando já havia iniciado a entrevista.

Darliane: Qual uma área que tu achas que estaria em ascensão?

Suzi: Olha, não é querer puxar pro lado do Direito, mas o Direito é uma área que a última coisa que você pode fazer é advogar. Mas tem a área aqui que não é valorizada, é a área de Turismo.

Darliane: Turismo?

Suzi: Puxando pro eco-turismo, que é justamente pelas trilhas existentes, é muita coisa que a gente tem, porque o Eco-turismo, ele tem que ser mais explorado, ele tem que ser porque “ah, a gente vive na Amazônia” e aí? Então tem que explorar isso e isso não se faz, pode ver o Turismo foi outro curso que caiu aqui no esquecimento, o de Turismo, ninguém hoje vive pra ser turismólogo, mas é uma área muito ampla.

Jamile: Eu fiz um curso técnico de turismo, mas nunca atuei.

Suzi: Porque, eu digo assim, olha chega alguém de fora aqui, a minha colega veio aqui, ela foi lá no Goiabal e na Cachoeira Grande, menina, e a menina se sentiu uma Indiana Jones, ela se sentiu um máximo, achou muito lindo, a Fortaleza, ela “pirou” com a Fortaleza, aí tem gente que passa fica olhando, a gente vê isso todo dia e não dão importância e, eu dou importância, porque eu conheço outra realidade, eu morei dois anos no Paraguai, já viajei, eu conheço a realidade fora de Macapá, então a gente vê o que é que falta? É uma cidade boa pra se viver? É, só que é muito mal explorada, é muito mal investida, entendeu? É muito mal valorizada, a gente mesma não valoriza, tem gente que mora aqui a um bom tempo e não valoriza, a gente não tem uma cultura própria, a cultura que a gente tem 70% é do Pará... Agora a discussão é “ah o Oiapoque”, o Oiapoque vai ser uma cidade, que ta em ascensão, porque ela vai ser fronteira, “ah, é com Cayena?” Não, ela vai ser fronteira com a Europa, ela vai ser fronteira com a França, nós somos o único Estado que tem fronteira com a Europa, o único e ninguém nem liga, ninguém quer se formar, ninguém quer se instruir (...) Então, assim, eu acho que o Direito, acho que Administração é uma coisa que já caiu muito na rotina, porque ou você já tem um negócio próprio ou você fica só com o diploma guardado. A UEAP tem engenharia de pesca, engenharia florestal que são outras áreas que são muito boas, só que as pessoas não querem fazer, sabe, “eu vou fazer Engenharia

de pesca? Pra quê?” O RURAP estava com um monte de vagas abertas, não tinha profissional.

Darlíane: Profissional formado?

Suzi: Vieram quatro engenheiros de pesca e três florestal lá de Minas, eu te digo isso porque o Diretor de lá é meu amigo, do RURAP, e não tem, INCRA e RURAP são áreas que eram pra ser formados aqui no Estado, não tem, agrônomo mesmo não tem nenhum, o que tem tudo é formado fora, então são áreas que deveriam que dar, acham que ‘ah, porque ta na Amazônia, tem que ter cursos estrela’. Não, tem que ver o que é necessidade, o quê que a cidade pede, não é verdade? Vocês estão se formando, se vocês já tem algo próprio, dá pra...

Darlíane: Dá pra segurar.

Suzi: Então eu vou fazer o que eu quiser. O que tu aprendeu durante os quatro anos, né? Quatro anos, tu usa alguma coisa?

Darlíane: Não, não uso, até comento com as meninas, o meu marido nem precisa de mim pra secretariar, ele já faz quase tudo.

Suzi: Tu pega, digamos assim, tu és minha filha, tua filha de dez anos, tu pegas a tua filha e colocas aqui nessa mesa, diz pra ela “se tocar o telefone tu atende, tu faz assim...”

Darlíane: “Digita pra mim esse texto”.

Suzi: Quando tu pensar, ela vai te dar aula, primeiro no computador, ela vai te dar aula porque ela já sabe, e hoje com essa história de Orkut e de não sei o quê, a criança logo pega e vai fazer aquilo, claro não vai saber fazer uma planilha, fazer uma coisa mais importante, mas com dez anos ela faz 70% do que tu tem que fazer, não é verdade? Mas, ela tá lá no fundamental, mas ela vai fazer, entendeu? Então assim, acho que eles colocaram o curso e esqueceram de investir, então tipo assim, se tivesse lá um investimento, imagino que o curso seria bem mais valorizado.

Jamile: A própria Instituição você diz?

Suzi: É, a própria Instituição, porque assim, se ela investisse, oferecesse ao Estado um profissional bem qualificado, eu não vou dizer moderno, mas...

Jamile: Com um diferencial?

Suzi: Com um diferencial. Qualquer empresa iria querer contratar, aí tu pagar 200, 300 reais a mais do que pra alguém de ensino médio, mas alguém que vai fazer isso, isso, isso, que aquela pessoa não vai fazer, isso é o que não acontece, o que acontece: é melhor eu pedir pra alguém de ensino médio fazer. “Ah, eu trabalho, eu não quero perder o meu emprego”, eu vou fuçar a internet, eu vou procurar fazer, eu vou saber fazer aquilo, depois que eu faço duas, três vezes, pronto, peguei a manha, e aí? Você entendeu? Então, assim, o que faltou foi isso, caiu no esquecimento, hoje você nem ouve mais falar em Secretariado Executivo, imagino que não forme nem turmas, porque não tem, é que nem a questão de Serviço Social e Ciências Sociais no Estado, não fecha turma.

Darlíane: Ciências Sociais?

Suzi: Não fecha turma, nenhuma faculdade. O Max ele faz Ciências Sociais, Ciências Sociais ou Serviço Social, Serviço Social o Max faz, pra te ter uma idéia, Serviço Social ele faz, é Auxiliar de Cobrança, e ele tá praticamente sem estudar porque não fecha turma... Então, foi um curso que caiu no esquecimento.

Darlíane: É que nem o meu marido que queria fazer Agronomia e não fechou turma e aí ele desistiu.

Suzi: É uma área que tava faltando profissional...

Darlíane: No IMMES, que é a única faculdade que tem, e é uma área que precisa, mas não fecha turma.

Suzi: Não fecha turma...

Suzi: Olha, tem aquela escola agrícola, né, que tem, são quatro no Estado, uma eu sei que é no Pacuí, uma próxima a Pedra Branca, uma próxima a Mazagão e a outra eu não lembro... Antigamente, muita gente se formava, principalmente esse pessoal que trabalhava lá no RURAP e nos interiores se formaram nessas escolas agrícolas, só que hoje em dia já não fecha mais turma, ninguém mais quer se enrolar, ir pra internato e estudar, não querem mais, querem ficar aqui e fazer um curso estrela, mas um curso que dá dinheiro, ninguém quer ir pro mato.

Jamile: Aí você colocou sobre a extinção do curso na UNIFAP, né, que não deveria ser extinto, mas poderia ser repaginado.

Suzi: Deveria ser, é tipo assim, é pegar ele e modelar ele, falta modelar, falta investir, não é “ah vamos extinguir o curso”, precisa desse profissional? Precisa e como precisa.

Jamile: Mas tem que dar um diferencial pra ele, né?

Suzi: É, eu brinco, tudo, tudo quanto é eletrodoméstico, tudo quanto é, vamos dizer assim: essa caneta, há quatro anos atrás na minha época de escola, usar aquelas canetinhas quatro, meio coloridas, era o máximo. As canetas hoje em dia tu roda, mas elas estão modernas, elas precisaram se modernizar. Pra quê? Pra ter uma aceitação. É igual o profissional, ele tem que se modernizar pra ter uma aceitação no mercado. Que o mercado tá cheio de profissional, tá, mas se cada profissional, cada curso tiver um diferencial, vai ser melhor remunerado, vai ser melhor aceito, vai ser um profissional satisfeito e um trabalho exemplar. Porque ninguém trabalha por pouco dinheiro, ninguém trabalha sem ser valorizado, porque eu tenho certeza, tu não passa quatro anos numa faculdade e sai de lá pra fazer um serviço que alguém de ensino médio faz, satisfeito.

Darlíane: Ganhando um salário mínimo!

Suzi: Eu conheci uma menina recente que ela se formou em Administração, chamaram ela pra trabalhar de recepcionista, ela disse pra mim: “Eu não vou ganhar R\$ 510,00 depois de ter passado quatro anos numa faculdade estudando, pra fazer Boa Noite, Boa Tarde, eu estudei pra ser alguém” e ela realmente não aceitou, não encarou.

Darlíane: Ela se formou em qual?

Suzi: Administração. Só que aí tu para e diz, por que ela fez isso? Porque ela tinha uma boa vida financeira, porque se ela não tivesse?

Jamile: Se ela precisasse, ela ia aceitar.

Darlíane: Com certeza ela ia aceitar.

Suzi: Ela ia aceitar.

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA 02

ENTREVISTADO: Wanja Corrêa da Silva

IDADE: 30 anos

FORMAÇÃO: Bel. em Secretariado Executivo e Especialista em Educação à Distância e Gestão de Docência do Ensino Superior

FUNÇÃO: Chefe de Gabinete

ÓRGÃO: Processamento de Dados do Amapá - PRODAP

DATA: 04/01/2011

DURAÇÃO: 06 min. 20 seg.

Obs. A gravação só passou a ser realizada quando já havia iniciado a entrevista.

Jamile: A gente tem esse projeto, mas é do ano de 2006...

Wanja: Não, mas isso daí vem desde 2001, 2002, foi quando a gente começou a brigar mesmo porque senão, não tinha mercado, não tem mercado.

Jamile: Mas o Dep. Randolfe ele tinha aceitado...

Wanja: É também, acho, porque assim, muitas pessoas que trabalhavam com ele eram formados em Secretariado Executivo. A gente chegou a levar ele pras reuniões, aí tem até a Aline, o Maicon que trabalhava, ele era o “braço direito” do Randolfe lá. E tem a Aline, oh, me lembrei de outra colega, ela trabalhava no... como é que é aquele do menor? Mudou o nome agora, antigamente era lá no Buritizal...

Jamile: Ah, o Aninga.

Wanja: Aninga, agora mudou o nome. Ela é educadora lá, assim dela eu tenho o contato de telefone, aí eu vou anotando o número de telefone.

Darliane: É formada a Aline?

Wanja: É, é formada, inclusive agora ela tá fazendo Letras na UNIFAP, porque não tem mercado gente. Eu, eu até outro eu disse: “Ai, to estressada”, porque até pra uma Pós- graduação pra te fazer é complicado e aqui no Estado tu não tem. Aí tu tem que sair daqui pra fazer outras fora, porque senão tu fica parado.

Jamile: E a questão do Projeto de Lei, ele parou por quê?

Wanja: Aí sim, eu acabei me afastando, fazendo outras coisas...

Darliane: Outras áreas?

Wanja: Foi, eu acabei que perdi o contato com o pessoal. Tinha um pessoal bem empenhado mesmo, aí eu não sei como é que ficou, mas não chegou a ser votado nada não.

Darliane: Não chegou não, só ficou o projeto mesmo?

Wanja: Só o Projeto que foi apresentado mesmo, mas não chegou a ser votado. É uma pena porque era só a UNIFAP que tinha o curso de Secretariado executivo, depois que entrou o CEAP.

Darliane: Mas no CEAP, não tem mais, né?

Wanja: Pois é, porque...não tem mercado, vocês vêem que não tem mercado. Se você for reparar quando abre um concurso pra Administração são 100, 150 vagas, aí um concurso pra Secretariado (se abrir) o administrador pode fazer, mas nós não podemos fazer para administrador, entendeu? No Tribunal todos os concursos que abrem são muitas vagas.

Jamile: Tinha o Eider Pena também...

Darlíane: Já ouviu falar que também que ele tava com um Projeto na Assembléia?

Wanja: Não ouvi falar.

Darlíane: Não!

Wanja: Porque depois, assim, a gente vai se ocupando com outras coisas.

Darlíane: Eu sei.

Wanja: Aí o que dá para gente lê, aí as vezes não dá nem tempo de eu ir assistir jornal, eu só sei quando alguém fala...

Jamile: O do Eider Pena foi o Alex que falou pra gente né? Lá da SEAD.

Darlíane: Foi.

Jamile: Ele falou que tinha um Projeto de Lei...

Darlíane: A gente já sabia também, lembra que a mulher falou lá na Assembléia, o Eider Pena e o Randolfe.

Wanja: Então, aí lá na UNIFAP eles tavam querendo extinguir, não era a turma de vocês que tava brigando?

Darlíane: Era mais a turma de 2007.

Jamile: Só que a gente não tava mais, porque a gente saiu em 2009.

Darlíane: Só a representante de turma que tava mais envolvida.

Wanja: É, em parte eu concordava né.

Darlíane: A gente também porque...

Wanja: Justamente por essa não valorização do profissional de Secretariado Executivo, até pelo conhecimento que ele tem, porque ah, as pessoas tem muito preconceito, é aquele velho preconceito de servir cafezinho, aí ele não observa a dimensão do curso, porque nós somos um curso que é o mais completo da Universidade, que é o que te dar uma visão de contabilidade, de matemática, de direito, então ele te dar uma ampla visão, entendeu? Não é uma visão fechada que nem os cursos de História...

Jamile: Mas você não acha que é exatamente isso que prejudica?

Wanja: Não.

Darlíane: Porque a gente vê tanta coisa e na verdade...

Wanja: Não, sabe por quê? Porque existe as disciplinas específicas que se tu for trabalhar só as disciplinas específicas em 2 anos tu acaba, então, essas disciplinas que são complementares, elas que vão te dar uma amplitude maior pro curso, porque ela te dar a formação pra te entender. Hoje eu não estaria aqui se eu não entendesse um pouquinho de contabilidade, um pouquinho de questão financeira, em direito, porque eu tenho que saber, se eu pegar um documento que fale de negócio de direito, eu vou ter que procurar, porque eu preciso entender então isso é que faz, pra mim, é que faz valorizar o curso, sabe. Aí a questão é que pra mim extinguiria o curso, mudaria pra Administração em virtude dessa questão só de não haver concurso pra Secretariado e quando abre é uma, não foi a UNIFAP que abriu? Eu até falei assim “uma Universidade que oferta o curso e já formou mais de 500 pessoas, muitas pessoas né, ofertar uma ou duas vagas? Ela mesma não valoriza, porque se fosse outra, em todos os departamentos coloca um Secretário Executivo.

Darlíane: Formados pela UNIFAP?

Wanja: Formados, e aí abre um concurso mesmo, entendeu? Aí, isso é complicado. Agora se você sair daqui já encontra, nossa! eu to cansada de ver na internet concursos, só que a maioria é bilíngüe, o nosso é bilíngüe.

Darlíane: É bem superficial também...

Wanja: É super, superficial...

Darlíane: E não tem laboratório de informática, a gente não vê aulas práticas, contabilidade é bem superficial, é mais conceitos, não te dá também...

Wanja: Olha, eu sai da Universidade, no dia que eu voltar pra ela vai ser pra ministrar aula pra Secretariado.

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA 03

ENTREVISTADO: Roberto Coelho do Nascimento (Roberto Gato)

IDADE: 52 anos

FORMAÇÃO: Bel. em Secretariado Executivo

FUNÇÃO: Superintendente

EMPRESA: Jornal Tribuna do Amapá

DATA: 29/01/2011

DURAÇÃO: 01h 05min.

Obs. A gravação só passou a ser realizada quando já havia iniciado a entrevista.

Roberto Gato: O corpo técnico era o mínimo né, exigido inclusive pelo próprio Ministério da Educação, que há época veio uma comissão do Ministério pra fazer a verificação se a Universidade tinha condições de ministrar o curso, e eu fui à Brasília, e esse curso de vocês, vocês devem a mim, eu e a Dilamar Quintas... não parou o curso?

Jamile: Parou.

Roberto Gato: Parou o curso por causa desse problema, não tinha professor, aí queriam “meter” na gente o Alceu, esses p... do CCA que eram professores de técnicas de Secretariado.

Darliane: Não eram Bacharéis.

Roberto Gato: Não tinham graduação para ministrar. Nós estamos fazendo... vocês vão ser, é nível superior, vocês vão se facultar em conhecimento, vocês não tão tendo um nível médio, nível médio faz o CCA aí p., se eu quero que escreva uma ou duas perguntas, e a resposta de caneta vermelha, sublinhe, e faz aquelas coisas que... não é isso cara? A formação é outra, a formação do Secretário, ele é o anteparo do Executivo [...]

- E eu tô te falando que o mercado de trabalho é extremamente, ele é extremamente preconceituoso com a idade, quando tu vai chegando numa idade... dia desses eu escrevi um artigo aí, eu disse o tempo leva quase tudo, porque o cara diz o tempo leva tudo, não é? O Osmar Júnior canta, que é o grande poeta: “O tempo leva tudo” eu digo, o tempo leva quase tudo, quando ele vai levando a tua juventude... Quando ele tira do homem o ímpeto, afoitesa da juventude, o jovem é afoito, ele gosta de experimentar tudo, não é verdade?

[...]

- Nós paralisamos o curso, no primeiro ano do curso, no primeiro semestre do curso, nós paralisamos o curso, a nossa turma, o professor entrava na sala, a gente saía... porque não tinha condição.

Darliane: Ele não dava aula então?

Roberto Gato: É, a gente não queria assistir com ele, não tinha condições, cara! Não tinha conteúdo! Ele entrava, a gente saía, em protesto! Ficava todo mundo lá fora, e a nossa turma era boa, porque a nossa turma era todo mundo gente madura, aliás, as primeiras turmas da Universidade Federal, foram aquele pessoal que já tinha nível superior, entendeu? Aí que queriam fazer um outro curso, se você pegar por exemplo, a

primeira turma de Direito da Universidade, geralmente o cara era engenheiro, já era médico, arquiteto, pouca gente assim... jovem, acima de 30, e a nossa turma também, mantinha esse padrão, mantinha porque nós queríamos. A Reitora, a Laíse Braga, resolveu parar e sentar pra conversar conosco, não tinha condições, e ela fez uma coisa até que eu acho que foi inédita do tipo... ela assistiu aula escondido na nossa turma pra ela constatar, ela ficou lá atrás, e aí o professor deu dez minutos, ela se levantou e disse: “Professor, por favor, nós estamos numa Universidade, per aí”, aí ela sentou com a gente e disse: “É, vocês tem razão então, tem que melhorar, e aí nós fizemos um Congresso pra discutir o perfil do profissional de Secretariado e tal. Eu fui à Brasília com a Dilamar... eu e ela com a ajuda do governador Henrique Almeida na época, do comandante Annibal Barcellos, que deu pra gente a passagem; o senador nos hospedou em Brasília e facilitou com a influência, que é um cara muito influente, né, e aí tipo, ele conseguiu fazer com que o Ministro da Educação nos recebesse; eu e a Dilamar ficamos dentro de um mês, aliás, um chefe de gabinete civil, Dr. Rodolfo Leite, e aí nós conversamos com ele, e ele disse: “Olha, só tem um jeito, ou a gente melhora a docência ou vocês mudam tudo pra Direito”. O nosso curso de Secretariado ia tudo pra Direito, ia tudo ser advogado.

Darliane: Era Direito e Letras, né?

Roberto Gato: Nós tínhamos na área de Bacharelado, nós tínhamos: Direito, Enfermagem e Secretariado; aí tinha na área de Licenciatura: tinha Letras, Matemática, História, Educação Artística, Pedagogia, tinha mais outro curso, que eu não tô lembrado. Eram seis de Licenciatura e três de Bacharelado, eram nove cursos, quando a UNIFAP começou, não mudou muito, eu acho que hoje...são quantos? 18?

Darliane: Não aumentou tanto.

Roberto Gato: Em Roraima tem mais de 30, um dia desses, eu tava escutando o Messias de Jesus, Presidente da Assembléia Legislativa de Roraima.

[...]

Roberto Gato: Na realidade em 95, ninguém sabia no Amapá o que era ser Secretário Executivo.

Jamile: Na época...

Roberto Gato: Porque o que é o perfil? Por exemplo, se tu disser pra mim: “Roberto Gato, o que é que faz um Jornalista?” Aí se tu pegar o Código Brasileiro de Ocupação, que a gente chama CBO, o Código Brasileiro de Ocupação, ele tem todas as profissões registradas no Ministério do Trabalho, em termo teórico, ele tem a visão específica e a visão geral da tua formação, da tua função, e a tua formação, “O quê que eu preciso pra ser um Secretário Executivo?” Aí o cara coloca lá: precisa falar dois idiomas, né, você ter formação específica na área, o quê que faz um Secretário Executivo de forma objetiva? O quê que faz um Secretário Executivo de uma forma geral? Isso está no Código Brasileiro de Ocupação, então todas as profissões, elas têm um perfil, o quê que faz um advogado, médico... No nosso caso, aqui nós sabíamos, porque era uma novidade, nos não tínhamos nenhum Estado da região norte, nem o Amazonas, nem o Pará, Acre, Rondônia, Roraima tinham o curso e como surgiu? O curso surgiu porque a Sônia Amaral, que era Secretária do Nova da Costa, como ela era presidente da Associação de Secretárias, que não são Executivos, só Secretários, ela quando começou, o Geovani Borges apresentou o projeto de Lei na época, o Ministro da Educação era o Marcos Maciel, senador pernambucano... Ele precisava votar a ampliação do mandato do Sarney, então o Geovani negociou o voto dele; olha só isso aí pouca gente sabe, a gente tem que reconhecer esse mérito, ele disse: “Não p..., eu voto, mas tem um projeto pra ser julgado que vocês engavetaram que é a criação da Universidade Federal do Amapá, que ta aí e vocês nem ligam”. Aí, p..., o Marcos Maciel tirou do fundo da

gaveta e disse: “Tá aprovado”, aprovou em 90 e implantou em 91; e a Sônia Amaral, ela era Secretária do Nova e tinha mais umas outras que eu não lembro o nome, aí elas quando foi se discutir quais os cursos que seriam colocados na Universidade ela inseriu o Secretariado, mas olha o que ela queria... Ela queria colocar as associadas, as pessoas que eram filiadas, as mulheres que eram filiadas na Associação das Secretárias sem fazer vestibular, p... o vestibular é um concurso público meu amigo, ainda mais numa Universidade pública, é um concurso público, e aí o MEC disse: “Não pode, tem que abrir”.

Darlíane: Ela queria dar prioridade para aquelas que eram secretárias.

Roberto Gato: Ela ia pegar 50 das vagas, porque as vagas abertas eram 50... Ela pegou 50 alunos e disse: “Olha esses daqui são os que vão cursar secretariado”, não tinha um macho lá no meio... Isso não pode... Tem que fazer o concurso, aí não passou nenhuma.

[...]

Roberto Gato: Aí nós fizemos o curso, então p..., eu, por exemplo, eu queria, eu confesso a vocês que eu queria fazer Direito, aí um amigo meu... que é economista disse: “Deixa de ser otário, Direito vai ser muito concorrido, faz secretariado, turma nova, né, faz secretariado, que tu vai passar, e aí tu pede transferência de curso, p..., aí tu entra no DERCA, né, e aí tu fica lá, e aí quando um desistir ou por qualquer coisa, tu faz o vestibulinho, que a gente chama uma prova interna, e tu entra aí tu já é amigo do Reitor, e aquelas coisas, tu sabe né”. Só que quando eu comecei a estudar, eu me apaixonei pela p... do curso, o curso é maravilhoso, ele é muito amplo... Gente ele não é profundo.

Jamile: É, esse que é o problema...

Roberto Gato: Ele não é profundo, por exemplo, eu estudei Direito, eu dei Introdução do Direito, né, o Direito Penal, né...

Darlíane: Eu não sei, que a gente só viu o Direito Público e Privado.

Roberto Gato: Direito Penal, Direito Público e Privado, mais duas ou três disciplinas, a capacitação não é para professor, aquilo tudo só é pra ti ter uma noção. Aí depois nós estudamos contabilidade I e II, aí também, ninguém vai virar contador; mas p..., se tu chegar aqui, e o cara dizer “O que é contabilidade?” Contabilidade é a Lei das partidas contrárias, ativo e passivo, receita e despesa, o que entra sai, p..., e aí a gente tem que saber, p... se chega um documento na tua mesa, tu é uma secretária, eu sou o executivo, p... se tu chegar lá, tu não souber me explicar o que é aquilo, tu não é uma Secretária Executiva, tu tem que resolver e trazer pra mim assinar, então, esse estudo assim que eu digo que ele é introdutório, mas que ele é apaixonante, né, nós estudamos: psicologia, psicologia do trabalho, né, aí a gente estuda organização e método.

Darlíane: Administração.

Roberto Gato: Administração, né, a gente vai vendo...

Darlíane: Já tinha Inglês na época?

Roberto Gato: Inglês, claro. Inglês, p..., vai até seis níveis.

Jamile: E era bom o curso? O senhor conseguiu falar depois que terminou o curso?

Roberto Gato: No, Yes. Eu odeio Inglês. Não mas eu não quero aprender. O Zé Luiz, o nosso professor, era um dos melhores professores de Inglês.... O Zé Luiz foi nosso professor, e mais o Noêmio, um cara muito bom.

Darlíane: Os professores eram bons então?

Roberto Gato: É, tinha, eu tenho amigos, tem colegas minhas que estudaram e que hoje são professoras de Inglês.

[...]

Francidalva: Mas vocês conseguiram aprender lá dentro da Universidade?

Roberto Gato: Dentro da Universidade, tu tem que ter um desdobramento, tu não pode imaginar que a escola vai te dar tudo, o advogado sai do curso de Direito, sem nem advogar, não sabe nem andar nas varas... O cara sai com o pensamento cheio de teoria, “Eu fiz Direito”.

Darliane: Muitos nem passam na provam da OAB.

Roberto Gato: Eu fiz Direito, parei por causa do meu trabalho, eu tinha um professor meu... Ele dizia: “Roberto não decora”, esse negócio de advogado dizer: “Olha o artigo 18”, isso aí p..., aí é papo furado, é cara que quer aparecer, o que tu tem que saber mesmo é manusear o Código porque tá tudo lá, então quando tu pega um paciente, tu tem que saber qual remédio dá pra ele, aonde que tá, porque os Códigos não são mais do que um receituário, agora, tem a questão da hermenêutica, tu tem que interpretar... O Direito é isso, então ninguém sai da faculdade, p... craque, depois tu vai claro, pega o gosto pela leitura, entendeu? A experiência ela é fundamental, a prática, você está na função exercendo, eu falei pra vocês, olha, eu tive uma experiência fabulosa, eu fui logo atuar como mestre de cerimônia, quer dizer, dentro de uma vertente, do que a gente pode fazer, nas organizações de eventos, e tantas outras coisas que a gente tem uma visão, muito né... que se tu for desenvolvendo, se tu for com o teu cotidiano, aplicando, tu vais com certeza se aprofundar aí, tanto com advogado, médico, com todo mundo, o cara não sai de lá... Estuda, lê, a leitura, ela é fundamental, cara, tu tem que ler, se tu não ler, a tua estima intelectual é muito raro, o sujeito bate cabeça... tu tem que ter criatividade na idéia, aí é leitura, aí é leitura, não tem jeito, tu tem que ler, tu não sabe o que o mundo te espera, te espreita, né, ele tá sempre aí, e aí tu tem que dar uma resposta.

Jamile: Então, 50% é a Universidade e os outros 50% é o acadêmico, né?

Roberto Gato: Com certeza, ninguém sai da faculdade.

[...]

- Aí os Advogados se uniam, o advogado tem que fazer exame de ordem, não sei o que, advogado tem que ser advogado, quando não é um cargo político, por exemplo, o cargo do PROCON, ele é um cargo técnico que tu tem que lá e quem conhece do Direito, meteram uma professora lá, ta fazendo um monte de bobagem, não tem ninguém dizendo, é um cargo político, caiu na mão do político, o político indicou, indicou quem? Pelo critério da competência? Não pelo critério da lealdade, lealdade canina, vai fazer lá o que eu disser, vai juntar o meu pessoal, vai guardar, né, aqueles meus assessores, mas tem nêgo acomodado, então coloca lá p..., aí diminui o trabalho, p..., não tem condições, não tem nada haver, porque é como você pegar uma pessoa que não é medico pra operar, no mínimo alí tem que ter um advogado, né? Porque também aí essa questão de dizer: “Ah, mas é a gestão”, a gestão é uma coisa, a ação operacional é outra, mesmo assim, se tu pegar um advogado bacana... chegar aqui e te ensinar errado só pra te sacanear, ou um corrupto, o cara faz corrupção aqui, aí o cara diz: “Não professor, isso aqui, isso aqui é o seguinte, olha, pronto, a Lei tá aqui”, tu vai duvidar do cara como? Né, agora se tu for ensinar isso pra um cara que sabe, ele vai dizer “êpa, negativo, isso tá errado, isso aqui é assim, assim, assim”, entendeu? Então, essas coisas que eu te confesso, que quando eu já dei entrada no curso, eu já era jornalista, que eu sou desde...

Jamile: Ah, então o senhor já era jornalista?

Roberto Gato: Eu tive muitas profissões... Viajei, e quando eu retornei pra cá, eu fui trabalhar na Folha do Povo, um jornal impresso que era a folha do povo em 1984, então eu já tava no mercado de jornalístico, entendeu? Que não exigia aqui, pela ausência da faculdade de jornalismo, não exigia a formação acadêmica pra exercer a profissão e depois que se implantou e começou uma briga nacional... O Tribunal Superior, aliás, o Supremo Tribunal Federal, ele entendeu que não há a obrigatoriedade da formação para

a profissão de jornalismo em função da liberdade de expressão, então se você pega a Constituição, tá lá, o direito de se expressar.

Jamile: Por isso que hoje, se vê péssimos profissionais na área.

Roberto Gato: Eu não sei, eu te confesso assim, que aqui, por exemplo, eu tenho a experiência, eu abri uma vaga pra jornalista, vieram oito, oito entre moças e rapazes e fizeram um teste, qual o teste que a gente faz aqui? O jornalista tem que escrever, então se chega aqui, senta na frente do computador e faz um texto pra mim.

Jamile: Pra Redação, né? Pra trabalhar na Redação?

Roberto Gato: É o jornalista fala e aí ele não pode dizer “a gente fomos”, né? O jornalista escreve e não pode dizer que “nós quer”, então p... ou ele sabe escrever ou ele não sabe, né, então o cara vai, senta ali e escreve: “qual é o tema?” O tema é livre, faz uma carta pra mim, escreve uma fala, faz alguma coisa aí, o cara escreve e aí o texto vai de ti, se a pessoa tem condições; dos oito que vieram aqui, o que ficou foi uma menina... ela não era jornalista formada, a melhor que escrevia não era jornalista formada, então a comunicação ela é um dom natural, eu penso que é como um artista que pinta.

Jamile: Os outros que eram formados...

Roberto Gato: Não conseguiram, os textos foram todos barrados... É como o cantor, o cara que canta, por exemplo, tem cara que faz a educação vocal, então, p..., tem nêgo que tu dá o microfone... Dia desses eu vi em São Paulo e depois no Rio, um pretinho gordo, naquele negócio de favela né, aí p..., dá o microfone pro pretinho, o cara acabou! Com a voz p..., horrível né, tem gente que tem que passar por aula de canto, e tal, tal, tal, e ainda canta igual a Chico Buarque de Holanda...

Darlíane: Então, a idéia de vir o curso foi da Universidade, então?

Roberto Gato: Sim, o de secretariado?

Darlíane: É, o secretariado, eu queria saber de quem partiu a idéia.

Jamile: É, porque a gente tem escutado várias estórias.

Roberto Gato: Não, a verdadeira é essa que eu tô dizendo, porque nós fomos pesquisar a época justamente por causa da bronca do curso, o curso estava com aquele problema de professores e aí nós fomos fazer, inclusive a professora Neuci Góes, que era nossa coordenadora.

Jamile: Não, eu digo assim, pra vim à primeira vez, em 1991?

Darlíane: Qual o motivo que veio o curso?

Roberto Gato: A Sônia.

Darlíane: Foi a Sônia Amaral?

Roberto Gato: O quê que nós tínhamos aqui, nós tínhamos aqui um núcleo da Universidade Federal do Pará, então nós só tínhamos curso de licenciatura, entendeu? Então era uma extensão, era como o núcleo da Universidade Federal do Amapá no Oiapoque, por exemplo, aqui era o núcleo da Universidade Federal do Pará, vocês não podem se esquecer que dessa p... tudo depende do Pará, e ainda depende muito, então aqui era núcleo, a gente estudou, a gente formou na Universidade para trabalhar no PRODAP, que é um núcleo que a Universidade fez.... Então em 90, foi aprovado um Projeto do Deputado Federal Giovani Pinheiro Borges, do PSE, pelas razões já expostas por mim aqui, uma troca política e o projeto apresentado pelo Giovani e o projeto tinha sido aprovado no Congresso Nacional e estava engavetado no Ministério da Educação que não havia sido sancionado pelo Presidente, Presidente esse cujo é senador do Amapá hoje, que era o aplicador da Lei, era ele o Presidente, não havia sido sancionado, então não tinha entrado em vigor, com a troca porque o Sarney primeiro ampliava o mandato durante quatro a cinco anos, o Marcos Maciel assinou, o Presidente assinou, conversou com o Ministro da Educação, implantou-se a Universidade, criou-se a Universidade, mas isso aí é só um protocolo, né, só de direito, de fato não existia a

faculdade, como é, é um acordo da casa simbólico, é como uma casa sem móvel, onde só tem a carcaça, cadê o recheio? Então, os recheios são os cursos. Então, aproveitou-se já, o que se tinha do núcleo da Universidade Federal do Pará, que eram os cursos de licenciatura, e implantou-se os três cursos de bacharelado, quais os cursos; e aí nós estamos aqui, nós estamos decidindo, eu sou o governador, vocês são minhas secretárias, e eu vou decidir aqui quais são os cursos, Direito prá cá, p..., essa aqui é muito chegadinha minha, diz: “Governador Roberto Gato, dá pro senhor colocar o de Secretariado Executivo”, “ah então coloca”.

Jamile: Ah, então foi uma decisão assim.

Roberto Gato: Pronto, essa é a verdade! Quem contar outra é mentira.

Jamile: Eles nem analisaram o mercado.

Roberto Gato: Porque se eu for procurar lá em casa, vou encontrar um monte de documento, abaixo assinado... Porque nós fomos pesquisar, eu falei pra vocês, nós paramos o curso, e depois a Universidade parou o curso, depois da nossa turma tinha uma outra turma, nós entramos em 91, uma turma entrou em 92... Depois de 92 não houve vestibular, se eu não estou enganado em 93 não houve... Em 93 parece que não houve o curso.

Jamile: Não houve vestibular?

Roberto Gato: É, o vestibular do curso de Secretariado, então me parece que foi em 93 ou 94, foi por aí, 93 ou 94, foi nesse lapso temporal, não houve vestibular pro curso, por quê? Porque a Universidade tava querendo acabar o curso por causa das dificuldades que vocês ainda hoje encontram, a questão do laboratório, porque o que é um ensino superior? Né é um tripé, né, ensino-pesquisa e extensão, você tem que extrapolar os muros da Universidade, pra buscar oportunidade.

Darlíane: Por isso que tem o TCC, pra se comunicar.

Roberto Gato: Na verdade o TCC é o que tu aprendeu durante quatro anos, aí tu vai fazer o teu contato com a comunidade, aí tu vai esposar aqui... Uma tese: “O Roberto Gato é lindo”.

Darlíane: Aí tu vai ter que provar.

Roberto Gato: Isso é uma? Premissa, não é assim, minha Bacharel.

Jamile: É uma hipótese.

Roberto Gato: Né, uma premissa, vocês partem de uma premissa de que eu sou bonito e aí como é que tu vai confirmar de que eu sou bonito? Tu vai perguntar pra minha parceira lá: “Tu conhece Roberto Gato? Ele é bonito?” Não, então depois a tua premissa vai cair, porque quando tu chegou na comunidade, a comunidade vai comprovar o contrário daquilo que tu tinha esposado a priori; então o TCC é isso, o que tu estudou quatro anos, tu tem um monte de conhecimento armazenado, tu vai aplicar esses teus conhecimentos numa teoria que tu vai defender e aí tu vai fazer o trabalho de pesquisa de campo, que a gente pergunta, né, geralmente inédito, ou algo que tu tenha dentro de ti, que seja teu, que seja uma idéia sua, aí tu vai comprovar aquilo, não vai copiar dos outros, como eu vejo: CTRL C + CTRL V...

Darlíane: Faz um contato com a sociedade, porque tu fica alí os quatro anos, né.

Jamile: Mas não deveria, o certo era sempre.

Darlíane: Daí muita gente ter essa dificuldade né, de sair pra campo, pra se comunicar também.

Roberto Gato: Eu tive um professor bom, que foi o Carlos Toste, de Sociologia, porque ele é sociólogo e advogado, o Toste foi um excelente professor, ele nunca passou alguma coisa pra gente ficar na sala.

Darlíane: Ai, quem dera!

Roberto Gato: É tipo assim...

Darliane: Era sempre pesquisa de campo?

Roberto Gato: Era, então, por exemplo, tu pode pensar que é brincadeira.

[...]

Darliane: Então, eles não fizeram nada, não quiseram saber se as pessoas daqui...

Jamile: Porque foi feito sem motivo?

Roberto Gato: Pularam essas etapas, que pra se implantar um curso é necessário...

Jamile: É, a realidade.

Roberto Gato: As demandas.

Jamile: O local, as necessidades.

Roberto Gato: Perfeito, não fizeram p... nenhuma disso, não fizeram nada disso, só chegaram e implantaram o curso, cujo o perfil do profissional não é reconhecido no Amapá.

Jamile: E até hoje, e até hoje não se reconhece, porque a visão que eles têm dos secretários ainda é aquela antiga de só servir cafezinho.

Roberto Gato: Ah, não depende isso aí.

Jamile: É, mas é a realidade, muitos pensam assim.

Roberto Gato: O cara me contratar como Secretário Executivo e pedir um café...

Darliane: Tirar cópia, levar documento, digitar um texto, não faz parte da realidade da empresa.

Roberto Gato: Mas isso aí tem todo lugar. Eu fui o orador da minha turma, mas eu não fui escolhido, foi concurso, o professor Marcílio Renô... ele fez um concurso, ele perguntou pra turma: “Quem queria ser o orador?”, aí eu disse, “eu”, “então vai fazer o teu discurso”; e aí nós íamos simular uma colação que fizemos no hotel, Macapá Hotel na época, normal, formal, com o Reitor e todo mundo, simulado, e todo mundo leu o seu discurso, e sabe qual era o meu tema, o mais inusitado, tu nunca ia adivinhar: “A importância de um prego na sola de um sapato”, quando ele me deu o tema, todo mundo deu gargalhada, “quê isso?” É um tema superior a todos, e eu fiz o meu texto.

[...]

Roberto Gato: Corrigindo inclusive, distorções dentro da empresa, equívocos, né, relações interpessoais, que às vezes em conflito o secretário tem formação pra isso, por isso tu estuda psicologia do trabalho, né, às vezes tu tem algo... que não está funcionando, é uma questão de fluxograma, talvez o fluxograma do trabalho que está sendo implementado, não está correto; o Secretário Executivo tem a capacidade de detectar o problema e apresentar uma solução.

[...]

Jamile: Essa facilidade de comunicação, ela é nata? Isso já é seu? É natural, né?

Roberto Gato: Foi, porque na época que eu comecei a fazer o curso, eu já trabalhava na TV Amapá, inclusive eu era repórter e apresentador da TV, né, fui o primeiro a apresentar um programa ao vivo no Amapá, ao vivo, entendeu, sem tele *promprit*, o que é o tele *promprit*? O tele *promprit* é uma p... дума câmera que ela passa na tela e aí a gente fica lendo, aí tu tá lendo prá cá, mas tem uma câmera aqui, né?

Jamile: Aí passa...

Roberto Gato: Aí justamente assim, eu por exemplo, apresento o Jornal da Band, eu leio, né, um texto que eu só preciso entender, aí você tem mais facilidade pra interpretar, porque tá lá o texto, e sem o tele *promprit* não, tu tem que jogar de improviso. Que nem tu faz no Rádio... eu falava duas horas no Rádio p..., direto, então a gente pô, que vive do trabalho, claro que eu tenho uma facilidade nesse sentido, mas eu acho que o fundamental nisso é o texto, a sacada, tipo as vezes o cara tá concorrendo, aí a questão é: a importância do prego na sola de um sapato no curso de Secretariado Executivo, aí que p... eu vou escrever aqui, tanto que os meus colegas me gozaram, aí

fizeram uma gozação com o professor e comigo, aí p... minha amiga... que só cheguei com o meu discurso metido no bolso, todo furado, aí eu fui lá, desamarrotei.

[...]

Roberto Gato: Eu acho assim, redação é fundamental pro secretário.

Darliane: É verdade, escreve muito né.

Roberto Gato: E como! Tu já pensaste, tu escrever cachorro com X e “cagalhão” com J, não e tu sabe que isso é o que a gente mais vê nas repartições públicas do Estado, erro da comunicação administrativa, que é o ofício, memorando e não sei o quê, p... é cada erro de secretários....

Francidalva: Secretário entre aspas.

Roberto Gato: Não, secretário de governo eu falo, não Secretário Executivo, de governo.

Darliane: Secretário de Saúde, Educação...

Roberto Gato: Sim, relatório, memorando, né, projeto, ata.

Francidalva: Essa questão de projeto também, a gente sentiu muita falta, né, durante a gente ter estudado... acho que só uma vez, né, parece que o Simões passou parece, um projeto.

[...]

Roberto Gato: O que existe, é falta de empenho do nosso meio, de brigar pelo Conselho, de exigir dos órgãos que contratem o profissional, entendeu, então cada um cuida da vida que nenhum quase praticamente exerce.

[...]

Roberto Gato: Então muito, tem uma morena... ela trabalha na Procuradoria Geral.

Jamile: Vânia?

Roberto Gato: Uma morena

Jamile: Vânia

Roberto Gato: Ela assessorava o Procurador Geral, também ela é formada. Uma loirinha de olho claro, trabalhava no Tribunal de Justiça, mas eu não sei a profissão dela, porque teve..., olha, só pra vocês terem uma idéia quando abriu o concurso para o Tribunal de Justiça quem mais passou no concurso foi o pessoal de Secretariado, 12, nós estampamos os nomes dos nossos colegas que passaram no concurso lá no quadro de avisos da Universidade, teve muita gente de Direito que fez e a nossa turma foi a que mais aprovou, que foi quando começou a formar o quadro do Judiciário...

[...]

Roberto Gato: Pela formação específica e pela responsabilidade que esse profissional tem dentro de uma Instituição ou empresa, né, que tu não pode entregar uma Secretaria pra uma pessoa que não tem essa capacidade que nós estávamos falando agora ou desvirtuar a função, um Secretário Executivo pra servir café?

Jamile: E por que, que até hoje eles não levam em consideração a formação?

Roberto Gato: Porque, justamente por causa disso, eu acho assim, aqui, olha quem primeiro criou a função de Secretariado Executivo foi a Associação Comercial do Estado do Amapá, eu entrei na Associação Comercial em 86, só que a função de Secretariado Executivo só foi criado lá, se eu não tô enganado em 87 ou início de 1988, então o Rodolfo dos Santos Juarez, o Rodolfo Juarez foi até a CB, Conselho das Associações do Brasil, então o Rodolfo viajando, porque se reúnem todas as Associações desse sistema e aí ele via essa função lá, de Secretário Executivo, e teve um episódio que eu quero dizer pra vocês, vou contar pra vocês uma outra experiência, quando eu fui pra Federação das Indústrias, eu ainda era acadêmico do curso, foi em 91, quando foi fundada a primeira turma e eu assumi a função de Secretário Executivo e no quadro do SESI, da Federação, do Departamento Nacional, ele exigia que fosse um

Secretário Executivo com formação superior, e eu fiz o trabalho do plano de cargos e salários do SESI, eu quem fez o trabalho, então isso me empolgou porque vieram duas técnicas do Departamento Nacional é... me entrevistar, porque... que o meu salário era muito bom, o meu salário era, foi quando a minha vida começou a pegar outra guinada, então ele não queria, ele queria colocar outra pessoa, então ele me denunciou, “olha esse cara não é Secretário Executivo” aí foi quando elas vieram me entrevistar, o Rodolfo Juarez disse “olha, tu vai ter que conversar com as técnicas do D.N, porque eles estão questionando a questão do teu cargo, que tu não tem formação”, aí eu conversei com elas, eram duas senhoras, aí quando elas me viram, elas tomaram um susto, porque geralmente quem ocupa essas funções aí pra fora, são as pessoas muito maduras, tu tá assumindo responsabilidade, então só pra te teres uma idéia de como falta a cultura do Norte, eu diria até de ter um Secretário Executivo...essa experiência porque é sênior, junior, sênior porque tem uma graduação aí, de tanta experiência, de língua que fala, é uma coisa super-valorizada lá.

Darlíane: Ter um Secretário formado, formado então.

Roberto Gato: Sim.

Darlíane: Isso é importante pra eles lá?

Roberto Gato: Muito, esse negócio de sênior, junior, eles fazem uma diferenciação de plano de cargos, eu sei que é isso, que quando eu falei pra elas, eu disse: olha vocês receberam a minuta do plano de cargos e salários do SESI? “Ah, recebemos tá excelente o trabalho, parabéns”, aí eu falei: fui eu quem fez, “ah então pronto, o senhor não precisa mais sair, o senhor continua na função”, então p... duas coroas, duas senhoras, então aqui nós não tínhamos essa cultura, então nós aqui continuamos sem essa cultura do Secretário Executivo, as pessoas confundem, fazem o Técnico de Secretariado e já acham que... e o técnico não é, não tem engenheiro e tem o Técnico em Edificações né, tem técnico de desenho né, e tem o arquiteto é diferente p... é diferente, então as multinacionais elas sabem, as multinacionais elas sabem da importância de um Secretário Executivo, tanto que essa colega minha gaúcha, ela trabalha na Anglo, tu sabe, então p... tem que estudar uma língua, eu não estudo porque eu não gosto de inglês, eu não vou estudar uma coisa se eu não gosto de inglês.

Jamile: Mas, a gente que é de Secretariado tem que fazer uma língua.

Roberto Gato: Não, tem que fazer um cursinho, tem que procurar, tem que ir pra uma escola particular de inglês, tem que estudar, porque imagina se o cara for, se o teu executivo for viajar pro Estados Unidos, como é que tu vai resolver essas questões da hospedagem, passagem, conversar com um hotel, então tu tens que saber, tem que saber, ser bilíngüe porque no nosso caso aqui o francês é fundamental, porque nós somos fronteira com a Guiana e agora com essa ponte binacional, não demora muito tá chegando franceses aqui e se vocês falarem a língua francesa p... Vocês vão arrebentar cara, então eu não acho que a profissão está em extinção, eu acho que ela tá em ascensão, por que em ascensão? Porque o que tá ascendendo é o que ainda está se formando, por exemplo o meu filho, ele está em ascensão, ele tá crescendo, ele tem 12 anos, porque eu vou dizer que ele tá em extinção, né?, Mas, ele não tá ainda, ele ainda não é um homem completo né, ele tá crescendo, ele tá né... Então a profissão aqui em que pese o curso ter todo esse problema de estruturação ainda é uma coisa assim que se precisa discutir mais, vocês precisam ir pra televisão comigo e vocês precisam escrever fora [...] tem que escrever, tem que dizer, tem que criticar.

Jamile: A gente sempre comenta né, que a gente sai de lá tão desanimada com o curso, com o mercado, aí já não tem ânimo mais nem...

Roberto Gato: Eu entendo.

Darliane: A gente já tá pensando até em fazer outro curso, pra poder se inserir no mercado.

Roberto Gato: O que você falou, eu, por exemplo, eu ia fazer Direito, entendeu? Aí todas as pessoas, o Dr. Gilberto Pinheiro que é meu amigo... Ele diz pô, tu vai ficar rico, faz Direito, com o tempo tu vai ser um excelente tribuna, tu vai advogar no crime, que a gente chama né, advogado criminalista, é porque eu tenho uma boa oratória, tenho uma boa retórica e no Tribunal do júri o que menos vale é conhecimento do Direito, muito mais o teu conhecimento, porque, isso no Júri Popular, porque as pessoas que estão no Júri são leigas, são pessoas do povo, então p...não adianta ficar falando assim em teorias jurídicas ou artigo, porque aquele cidadão que está ali não tem o conhecimento do Artigo, agora quando tu pega uma tese, que tu consegue sensibilizar e convencer que aquele cidadão é inocente, aí...

[...]

Roberto Gato: Nunca é demais, você fazer um outro curso não significa dizer que você não vai seguir na profissão, tu tem que aprimorar teus conhecimentos, acho que uma coisa não anula a outra... A Universidade precisa debater mais sobre o Secretário, eu vejo a necessidade de bater no peito, eu sou um covarde, porque na verdade eu to falando o que eu não fiz, né, porque os meus colegas p... meu irmão, o que me convidaram por eu ser da imprensa, por eu ter a capacidade de mobilização, aí então “p...gato umbora, bora fundar”, aí p... “meu irmão, eu to ocupado, todo mundo precisa ganhar dinheiro, daí p... eu lá quero saber dessa p..., eu não vou ser Secretário mesmo”, eu larguei os meus colegas pela estrada, porque todo mundo pensava quando eu saísse eu ia pelo menos encabeçar um movimento de exigir um Conselho, de realizar concurso, p... tem que ir pra cima do Camilo p..., nós queremos, se as outras profissões fazem, os enfermeiros, técnicos, os caras brigam pô. Vocês lembram a questão dos enfermeiros de receitar, uma porrada que saiu entre médicos e enfermeiros, os médicos achando que os enfermeiros não podem prescrever, o enfermeiro acha que também pode, que não sei o quê, e começou a buscar a grade curricular deles e aí essa disciplina aqui...p...os caras estão defendendo o mercado p..., se a gente não se defender, tu acha que o advogado vai defender?

[...]

Roberto Gato: Tô te dizendo, o nosso curso tinha gente muito boa, em concurso público a nossa turma passava direto...policial, os nossos colegas eles são ou da polícia que foi concurso ou Judiciário ou um empresário que tá na empresa, eu fiz concurso e passei, eu fiz pra Difusora na época de Agente de Comunicação Social, inclusive lá eu fiquei em terceiro lugar, entendeu? Então, a nossa turma era boa, num nível muito bom, mas não adquirido lá dentro da faculdade, a gente já levou...

Jamile: Vocês tinham a experiência.

Roberto Gato: Já, já levou pra lá pra dentro, então o nosso curso assim, por isso a briga com o professor, por isso a briga de qualidade, por isso a briga pra melhorar, porque senão meu amigo, vai mesmo.

Darliane: Diferentemente de hoje, que a maioria é novinha, né, saiu do ensino médio...

Roberto Gato: Um dia desses eu falei pra minha filha Roberta, que ta fazendo TCC, uma tese muito boa pra quem é de Direito Administrativo: Operação mãos limpas. Essa operação é uma operação moralizadora ou uma operação política? A Polícia Federal virou uma polícia política, por quê? Porque é muita arbitrariedade, o cara tá preso...

[...]

Roberto Gato: Eu sou um jornalista sem diploma, porque, pó, eu comecei e não tinha nem formação superior, né, eu fiz debate, a platéia cheia de estudante de Direito,

“m...n...r...d...”, fui aplaudido de pé cinco vezes, só quem foi aplaudido fui eu, cinco vezes.

[...]

Roberto Gato: O cara, por exemplo, esses Bacharéis de Secretário executivo no mercado, eles não encontram um cargo, esses jovens buscam na Academia por uma formação superior e esperam que sejam aproveitados, que sejam aproveitados como mão-de-obra qualificada que são, e quando isso não acontece, aí sim vem o desânimo, pô tu rala quatro anos, aí tu sai, aí o cara “ não, pega o de colegial pra trabalhar aqui”, aí p... os caras têm que...

Darliane: Exatamente, é isso que a gente verifica...

Roberto Gato: Aqui, eu vejo assim, é difícil tu ter essa resposta, porque por exemplo assim, eu sinceramente, eu vejo que o Secretário, ele tem múltiplas funções, né, eu vejo por exemplo que, eu tenho certeza absoluta que se você for colocada pra comandar um RH de uma repartição, de um órgão por exemplo, você vai dar conta, você conhece, se você for colocada pra secretariar, você vai desenvolver aquela função, se você for colocada pra verificar dentro da empresa, pra fazer uma análise da cultura da empresa, você vai saber fazer né, se você for chamada pra fazer uma consultoria técnica, porque se eu chamar uma de vocês e dizer “pô o meu jornal tá mal distribuído e eu quero que vocês me apresentem uma proposta de distribuição”, a primeira coisa que você vai chamar, o que você vai fazer, vai chegar comigo e dizer “Roberto, que é o responsável pela distribuição?” “Ah, é a Raimunda”. “Raimunda, senta aqui comigo, umbora conversar só um minuto, Raimunda, como é que tu faz?” Aí a Raimunda vai dizer, aí tu vai anotar o que a Raimunda faz, aí tu vai descobrir aonde que a Raimunda tá errando e tu vai dizer “Olha, agora tu vai fazer assim, assim, assim, tu faz desse jeito”. Então o Secretário Executivo, é por isso que eu te digo, ele é muito, por isso que eu me apaixonei pelo curso, porque ele te dá um leque de oportunidade, o advogado, só pode ser advogado, ou ele é criminalista ou ele administra, ou ele é agrário ou... né? Mas nós...

Darliane: Aonde colocar ele fica né?

Roberto Gato: Ele é uma p... aonde ele puder ele te joga, essa que é a realidade, tá pensando que é brincadeira, onde ele puder ele te joga, e joga bem graças à Deus né, e joga bem, então eu acho assim, inclusive tu pode ser o Executivo, tu não precisa ser um Secretário do executivo, tu pode ser o Executivo, porque tu tá preparada pra executar.

Darliane: É exatamente, tu pode ser o dono da empresa se quiser...

Roberto Gato: Então, pode p..., chega aqui e vai gerenciar o jornal, tu vai gerenciar, aí tu vai botar um Secretário como eu, eu fui Superintendente da Federação do Comércio e botei um Secretário, colega meu pra me secretariar e quando vinha pra mim, vinha tudo amortecido, porque o cara era bom, eu ganhava o dinheiro e ele trabalhava que só, ele já me trazia tudo mastigado “meu filho”, porque é isso que a gente cansou de discutir, o Secretário Executivo é quem na realidade faz, faz. Então eu chego pô, eu quero uma carta, eu quero escrever uma carta pro Camilo, redigi pra mim”, você vai redigir, o que é que eu vou fazer? Eu vou ler e vou ver se eu concordo e assino, tem uma frase que diz assim: você quando tem algo pronto é melhor aprimorar do que você começar do nada, porque quem começa do nada é o Secretário, quem foi que começou a escrever? Quando eu já vou, eu vou só...é o negócio da Raimunda, ela primeiro diz tudo o que ela tá fazendo, é mais fácil de nós detectarmos o erro após o diagnóstico que ela nos dá, então, eu acho assim, você citar assim qual a função, pô, imagina se eu dissesse assim: secretariar Executivo, pô, eu acho que isso seria restrição, é restringir pô, parece que a gente só é capaz de estar a serviço de alguém, quando na realidade a gente pode ser o protagonista da história, né? Então, eu acho assim, vou colocar múltiplas funções.

[...]

Roberto Gato: É isso que eu tô te falando, o que falta é um Conselho, quer dizer os engenheiros reuniram e forçaram a barra e o governo teve que estabelecer um piso pro município e pro Estado pro engenheiro, aí veio o CREA, aí o cara, não p..., o cara ta desrespeitando o profissional p..., tem que estabelecer um piso! O jornalista reúne, tem que ter o piso dele aí brigam, brigam, brigam e o cara ta...É p... se você não tem uma organização classista, você é uma desorganização, porque não tem recurso, aí fica assim...as demandas devem ser colocadas, porque qual o objetivo do Sindicato, das Associações sindicais? É justamente, pegar as demandas diversas e condensá-las né, uniformizá-las e devolver pra sociedade, aí você tem uma demanda, eu tenho uma, ela tem outra, pô a gente vem pra uma mesa senta, reúne, discute, prioriza, vê o que é mais prioridade, às vezes a demanda dela pode atender a minha, a minha pode ser sucumbida pela dela, porque se atender a dela já atende a dela e a minha, então “é isso aí, aqui é prioritário pra categoria, pronto a valorização do profissional e o piso salarial, então umbora fechar a questão disso aqui” e o profissional sai pro embate com os patronatos, e quando eu falo patrão, eu falo exigir do poder público e privado, exigir né, fazer com que a Assembléia Legislativa trabalhe em “lobby”, um trabalho de lobby, ir pra dentro da Assembléia Legislativa aonde tá o poder “legisperante”, pra que eles aprovem uma lei exigindo do poder público que coloque na função Secretário Executivo um profissional com formação específica, tem que chegar com um Deputado e dizer “p... Deputado” e apresenta o Projeto de Lei e já leva o Projeto.

Jamile: Já teve na Assembleia já dois, do Eider Penna e Randolfe.

[...]

Roberto Gato: Olha, é isso que vocês deveriam fazer, quer dizer, tem fazer um texto crítico em relação ao curso, entendeu? Sair pra televisão, olha, eu tenho um programa no domingo, amanhã, assistam, eu vou falar de prêmio, um prêmio que a gente ganhou pela segunda vez, eu vou falar com os organizadores, mas o programa é um programa de debate, um programa de discussão, nós poderíamos um dia chamar um professor, entendeu? Um aluno, pra discutir aí a gente coloca essa questão de contrato, por que que não é valorizado, por que que não tem, o quê que deixa de ter no curso, aí chama o Reitor da Universidade, o Tavares, por que que a Universidade não investe...aí p... vocês estão me trazendo uma outra realidade, aí p... a gente pode ir lá com o Tribuna, fazer uma reportagem sobre o curso, fotografar, mostrar, entendeu? Isso que eu acho que é fundamental, é vocês se dispuserem a lutar pelo curso, pela profissão de vocês, não fazer como eu, porque eu, como eu disse a vocês, eu já tinha uma profissão antes, eu já era jornalista antes, mas eu tava ali, aquilo a gente chamava de registro provisionado, a gente recebia na carteira da gente, um registro provisório, porque não tinha faculdade, o quê que a Lei dizia, que não vale mais, caiu, que aonde não tivesse, nas unidades onde não tivessem faculdade de jornalismo, o profissional podia atuar com registro provisionado, era provisório. Após a formação da primeira turma da faculdade de jornalismo, não podia mais se renovar o registro provisionado, ou seja, aqueles profissionais que estavam no mercado deveriam ir pro curso de jornalismo se formar e então passar a ser registrado como jornalista profissional, só que isso criou, porque se você for pegar, eu tenho por exemplo um livro que é uma relíquia, com as cem maiores reportagens do Estadão, da Folha de São Paulo, as cem melhores reportagens dos cem anos da Folha, olha 10% dos que escreveram lá são formados, 90% não tem formação na área de jornalismo e são os melhores jornalistas...vocês viram o que o William falou, o William Bonner e a Fátima Bernardes, quando o STF derrubou o diploma: ‘Aqui na Rede Globo não importa se o jornalista é formado ou não, o que conta é se ele é competente’.

Jamile: Só que o mesmo vale para o Secretários.

Roberto Gato: Administrativo, né? Não, acho que não tem nada a ver, sabe? Tu por exemplo, tu pode escrever, porque veja bem, o quê que é o repórter? Se tu pegar a palavra, se tu chegar numa repartição...eu sou o balconista da recepção, quando tu te dirige a mim, qual o adjetivo que você pode usar...eu tô numa repartição aqui, eu sou o recepcionista dessa repartição, quando você chega você faz o quê? Você vai até mim, não vai até mim? Então você diz assim, aí a Francisca diz assim: “poxa, tu fostes lá?” “Ah eu fui, eu falei com o Roberto, que é o recepcionista, então eu me reporteí ao Roberto”. O que é reportar? É se dirigir à. Então, quando um repórter, ele reporta à sociedade, é através da comunicação, ele pega a informação, coloca numa linguagem palatável, que é o que a gente chama de linguagem coloquial, pra que haja uma compreensão do conjunto da sociedade. Tu não é capaz de fazer isso? Tu não é capaz de fazer isso? Tu não é capaz de fazer isso? Eu sou, qualquer um é, o que nós precisamos, “ah o jornalista tem que ter ética”, p... ética não é virtude, é obrigação de todo mundo p..., tu tem que ter ética na tua profissão, ela tem que ter ética naquela profissão, a Alba Nize tem que ter ética na profissão dela, o Doutor Teles tem que ter ética na profissão dele, a ética ela permeia a vida do ser humano, se nós não tivermos ética, p... que diabos de vida nós vamos ter? No vale tudo? Todo mundo pode fazer o que quer? Então esses conceitos foram os que os ministros do Supremo Tribunal Federal derrubaram, inclusive eu sou assinante até hoje da Revista *Consulex*, que é uma revista especializada em Direito, que quem escreve lá não é jornalista p... quem escreve lá são juristas, porque o assunto é específico do Direito, quando que um jornalista vai fazer, por exemplo, um tratado sobre adoção? Não vai, não tem conhecimento, então não tem nada haver com Secretariado, essa questão de Secretariado é outro papo, Secretariado, por exemplo, tem que ser bilíngüe, precisa falar duas línguas, né? Você na profissão de jornalista, não precisa, você p... você pode ser um intérprete, é aquilo que eu digo, nós como somos colonizados, né? Nós somos terceiro “mundismo” ou em desenvolvimento ou como queiram p.... A gente tem que falar inglês correto, né: *The new york times*, p... nenhuma, o cara fala “*Poulo*” pra São Paulo lá p... e não fala correto e fica valendo pra eles p... só porque eles são mais ricos que a gente, quem que falar português correto nos EUA? Ainda não vi um gringo p...aqui não, a gente tem que pronunciar corretamente a língua, faz um esforço, enrola a língua p... só falta dá nó, porque tem que pronunciar correto, p...mas eles não estão nem aí pra gente, eles falam do jeito que dá, é a p... do colonizado, é aquele espírito de ser menor, nós temos que nos esforçar pra falar bonito inglês, mas eles estão “cagando e andando” pro nosso português p... falam tudo arrastado aí, vem aqui e dão entrevista arrastada e a gente acha lindo, agora o inglês não pode, tem que ser a pronúncia correta do inglês da Inglaterra, de Londres, “ah, essa aqui é da...” Ah vai te pra p...q...p...p..., entendeu? Eu acho isso uma p... babaquice, mas o sistema tá aí e exige né, porque o capital tá lá, nós somos a periferia da informação, nós somos a periferia da tecnologia, então é como uma coisa que acontece no Amapá que não tem nada a ver pra São Paulo.

[...]

Darlíane: Ainda não tem laboratório...

Roberto Gato: P... cara não tem laboratório!

Darlíane: Eu acho que tá pior do que no início.

Roberto Gato: Será que não tem um Deputado Federal f...d...p... desses teve o desprendimento de ir na Faculdade perguntar como é que está a estrutura do curso tal, tal coisa “então eu vou fazer uma emenda pra adotar o curso de Secretariado”. Sabe por que? Porque é como o Gilvam Borges disse “o meu assessor, uma é minha mãe que me pariu e a outra é a minha mulher que dorme comigo, né?”. Quer mais justificativa do

que essa? E o Capiberibe não é diferente... porque ele botou a irmã dele pra ser conselheira do Tribunal de Contas, que foi o exemplo mais escrachado de nepotismo já ocorrido nesse Estado, um governador indicar a própria irmã pra fiscalizar ele próprio, isto ninguém diz, aí o Roberto Gato diz...

[...]

Jamile: O que deve ser feito pro profissional ser mais valorizado?

Roberto Gato: Tem que valorizar o profissional, porque se não houver valorização (...) Falta os profissionais lutarem pelos seus espaços, porque ninguém vai valorizar vocês se vocês não lutarem pra isso...

[...]

Roberto Gato: A razão é simples: no Norte e, sobretudo, no Amapá, estamos ainda no período colonial. É, porque se você for na Anglo Ferros, que é uma empresa de capital sueco, sei lá, inglês, tu vai ver que ele vai dizer a importância do Secretário, “eu sou Secretário Executivo”, ele vai logo perguntar: “Qual a língua que você fala além da materna?” né, “você fala quantos idiomas?” Então, ele valoriza, ele sabe o que é. Se tu for no “Rei da Roupa”, lá na Domestilar, o cara vai dizer “ah, sim, qual a sua experiência? Você sabe atender telefone? Você fala alô? Como é que você fala?” Entendeu, a diferença em quem comanda, o cara sabe p... se tu chegar lá e dizer “eu sou Secretário Executivo, o cara diz se tu é Secretário Executivo, então ele vai te tratar como Secretário Executivo, né? Se tu chegar lá na Domestilar e disser “eu sou Secretário Executivo, o cara vai te tratar...é aquilo que vocês falaram, vai ter que servir café, tem que atender telefone e assim vai.

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 0035/2006 - AL



**ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº. 0035/2006-AL
Autor: Deputado Randolfe Rodrigues**

Dispõe sobre a ocupação do cargo de Secretário (a), no âmbito da Administração Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Torna obrigatório, no âmbito da Administração Pública do Estado do Amapá, o exercício da profissão e ocupação dos cargos de Secretário (a), Administrativos – CDI's, sejam ocupados apenas por profissionais com formação Superior no Curso de Secretariado Executivo.

Art. 2º. Fica assegurado o direito ao exercício da profissão aos que, embora não habilitados nos termos do artigo anterior, contenham pelo menos cinco anos ininterruptos ou dez anos intercalados de exercício de atividades próprias de secretaria na data de vigência desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá - AP, 22 de agosto de 2006.

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador

